



DANIELLE MONTENEGRO SALAMONE NUNES

**Uma análise da influência do parecer dos auditores independentes com ressalvas em decisões de usuários das informações contábeis**

Orientador: Professor Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

BRASÍLIA, DF  
2009

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior  
**Reitor da Universidade de Brasília**

Professora Doutora Denise Bomtempo Birche de Carvalho  
**Decana de Pesquisa e Pós-graduação**

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães  
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da  
Informação e Documentação**

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade  
**Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais**

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama  
**Coordenador-geral do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-  
graduação em Ciência Contábeis da UnB, UFPB e UFRN**

DANIELLE MONTENEGRO SALAMONE NUNES

**Uma análise da influência do parecer dos auditores independentes com  
ressalvas em decisões de usuários das informações contábeis**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Orientador:** Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

**Linha de pesquisa:** Contabilidade e mercado financeiro

BRASÍLIA, DF  
2009

NUNES, Danielle Montenegro Salamone

Uma análise da influência do parecer de auditoria com ressalvas em decisões de usuários das informações contábeis/ Danielle Montenegro Salamone Nunes – Brasília, 2009.  
123 f. : il..

Orientador: Dr. César Augusto Tibúrcio Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2009.

Inclui bibliografia.

1. Auditoria. 2. Parecer dos auditores independentes. 3. Tomada de decisão. I. Silva, César Augusto Tibúrcio. II. Título: Uma análise da influência do parecer de auditoria com ressalvas em decisões de usuários das informações contábeis.

DANIELLE MONTENEGRO SALAMONE NUNES

**Uma análise da influência do parecer dos auditores independentes com  
ressalvas em decisões de usuários das informações contábeis**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte e aprovada pela seguinte comissão avaliadora:

---

**Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva**

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/ UFRN (Orientador)

---

**Professor Doutor Anísio Candido Pereira**

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Membro externo)

---

**Professor Doutor Lúcio Rodrigues Capelletto**

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/ UFRN (Membro interno)

Brasília (DF), 25 de setembro de 2009.

Aos meus queridos pais, Ronaldo e Morena,  
por terem me ensinado o valor dos estudos.

Ao meu marido e companheiro, Cláudio,  
grande incentivador desta conquista.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus pelo dom da vida e, sobretudo, pelo dom da perseverança sem o qual não teria finalizado este trabalho.

A todos os professores do programa pelos valiosos ensinamentos transmitidos e em especial ao meu orientador, Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, sobretudo pela paciência, às vezes, necessária. São pessoas como o senhor que me incentivam a ingressar na carreira acadêmica.

Aos professores membros da comissão de avaliação, Dr. Anísio Candido Pereira e Dr. Lúcio Rodrigues Capelletto, pelas valiosas contribuições.

A todos os funcionários do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) e da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE), em especial à Aline, ao Renato, à Luciane, à Simone e à Vera, pela atenção e carinho dispensados.

Aos colegas de turma, Arrio, Bonifácio, Brunna, Camila, Denise, Diones, Humberto, Lúcio, Mateus e Ricardo. Não poderia ter escolhido pessoas melhores para compartilhar essa jornada. Lembrarei com saudade de todos os momentos que compartilhamos. Dos estudos aos finais de semana aos encontros ao final de cada disciplina.

Agradeço também aos “agregados” da turma, em especial à Débora, esposa do Diones, por terem tornado os encontros da turma mais agradáveis.

Aos coordenadores e professores do curso de ciências contábeis das instituições de ensino UniUDF, FASEP, UNIEURO, UNIP e UPIS que tão gentilmente permitiram a aplicação do questionário e à todos os alunos que participaram da pesquisa, pelo tempo despendido.

Aos colegas da CAIXA, Sandra, Tadeu, Natália e Milton, por terem propiciado um horário especial, permitindo a conclusão do mestrado, bem como aos demais colegas, em especial à Sônia e à Eliane, pelos esforços adicionais decorrentes das minhas constantes ausências.

Às minhas amigas, em especial as Toscas, por compreenderem as ausências constantes decorrentes das exigências do mestrado.

Ao meu marido, Cláudio, com quem tive o prazer de aprender os primeiros conceitos de contabilidade. Você, mais do que qualquer outra pessoa, faz parte dessa conquista. Eu te amo!

Aos meus pais, Ronaldo e Morena, e aos meus queridos irmãos, Ronaldo, Débora e Airton, que sempre torceram por mim e me incentivaram na busca dos meus objetivos.

E, finalmente, um extensivo agradecimento a todos os demais parentes e amigos que torceram para que eu concluísse mais essa etapa.

Minha eterna gratidão a todos vocês!

## RESUMO

A utilidade das informações contábeis está associada a sua credibilidade. Nesse sentido, o parecer dos auditores independentes, produto final do trabalho do auditor, pode representar um meio para oferecer tal elemento. Esta pesquisa buscou verificar se o parecer com ressalvas interfere em decisões de investimento e financiamento envolvendo possíveis usuários das informações contábeis. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário auto-administrado composto de 9 questões, sendo 3 referentes à identificação do respondente e 6 referentes à análise da empresa, este, acompanhado das informações contábeis das empresas João Fortes Engenharia ou da Construtora Sultepa, sendo que a metade dos respondentes recebeu as informações sem o parecer dos auditores. A amostra foi composta por alunos do curso de ciências contábeis que estivessem cursando ou já tivessem cursado a disciplina de análise das demonstrações contábeis de 5 das 19 instituições de ensino superior privadas do Distrito Federal autorizadas a oferecer o referido curso, totalizando 207 questionários. As médias das notas atribuídas pelos respondentes para o risco, o desempenho e a confiabilidade das informações divulgadas foram comparadas utilizando o teste t de *Student*. As frequências das respostas aos questionamentos sobre a disposição em indicar a compra de ações ou conceder crédito para a empresa analisada, assim como, sobre a suficiência das informações disponibilizadas para responder as perguntas do questionário, foram comparadas por meio do teste Qui-Quadrado. Ainda, a análise das justificativas dos respondentes ao questionamento quanto à suficiência das informações disponibilizadas foi realizada por meio da análise de conteúdo. Os resultados encontrados demonstraram que a percepção dos respondentes quanto ao risco e ao desempenho da empresa analisada não foi alterada pela presença do parecer com ressalvas, vez que não foi possível refutar as hipóteses de que as médias das notas atribuídas pelos respondentes eram estatisticamente iguais. A presença do parecer com ressalvas não alterou a disposição dos respondentes em indicar a compra de ações e em conceder crédito para a empresa analisada, a maior parte dos respondentes que não recebeu o parecer dos auditores independentes consideraram as informações disponibilizadas suficientes para responder as perguntas. A única influência observada diz respeito à confiabilidade atribuída as informações contábeis da Construtora Sultepa, o teste t de *Student* indicou uma maior confiabilidade entre os que receberam as informações completas. Comportamento semelhante não foi observado entre os que receberam as informações da empresa João Fortes Engenharia. Tendo em vista os resultados encontrados, pode-se concluir que, em termos gerais, a presença do parecer com ressalva não interferiu na percepção dos respondentes, embora sejam necessários estudos adicionais que permitam a generalização dos resultados aqui apresentados. Sugere-se, pois, a aplicação/replicação da pesquisa estendendo a amostra do estudo para outras localidades/instituições e profissionais de mercado, utilizando, ainda, tipos diferentes de parecer qualificado (adverso e/ou com abstenção de opinião).

**Palavras-chave:** Auditoria. Parecer dos Auditores Independentes. Tomada de decisão.



## ABSTRACT

The use of accounting information is associated to its credibility. Accordingly, the audit report, the auditor's final work, can represent the means to offer this element. Therefore, this research aimed at verifying whether a qualified audit report interfere in investment and finance decisions, involving possible users of accounting information. To that end, an questionnaire was used to collect data, composed of 9 questions, 3 referring to the identity of the answering party and 6 referring to the analysis of the company, accompanied by the Joao Forte Engenharia or Construtora Sultepa company's accounting information. However, half of those answering received the information without the audit report. The sample was constituted by students from Accounting Science courses, who were attending or had already attended the subject of Financial Statements Analysis, from 5 of the 19 private higher education institutions in the Distrito Federal, which are authorized to offer the course cited, in a total of 207 questionnaires. The averages of the scores attributed to the company's risk, performance and to the reliability of accounting information were compared using the Student's t-test. The frequencies of answers to the questions about the disposition to indicate the buying of shares or to concede credit to the analyzed company, as well as about the sufficiency of the information made available to answer the questions of the questionnaire, were compared by means of the Chi-Square test. Moreover, the analysis of the reasons given by those who answered the questionnaire, in relation to the sufficiency of available information, was performed by means of an analysis of content. The results found showed that the perception of those who answered in relation to the analyzed company's risk and performance was not altered by the presence of a qualified audit report, as it was not possible to refute the hypotheses that the averages of the scores attributed by those who answered were statistically equal. The presence of a qualified audit report did not even alter the disposition of the answering parties in indicating the acquisition of shares and in conceding credit to the analyzed companies, the majority of those who did not receive the audit report having considered the available information sufficient to answer the questions. The only influence observed is in relation to the reliability attributed to Construtora Sultepa's accounting information, seeing as the Student's t-test indicated a larger reliability among those who received the complete information. A similar behavior was not observed among those who received the information on the Joao Fortes Engenharia company. In view of the results found, we can conclude that in general terms the presence of a qualified audit report did not interfere in the perception of the answering parties, however, additional studies, which allow for the generalization of the results presented here, are necessary. Thus, we suggest the application/reapplication of this research extending the sample of the study to other localities/institutions, and to the professionals in the market, using different types of qualified opinions as well (adverse and/or with abstention of opinion).

**Key words:** Audit. Audit report. Decision making.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Usuários e seus possíveis interesses na informação contábil.....	20
Quadro 2: Modelo de Parecer Padrão em vigor no Brasil. ....	27
Quadro 3: Resumo descritivo das Ressalvas e Ênfases do parecer recebido pela empresa João Fortes Engenharia. ....	39
Quadro 4: Resumo descritivo das Ressalvas e Ênfases do parecer recebido pela empresa Construtora Sultepa.....	40
Quadro 5: Especificações das questões utilizadas no questionário. ....	41
Quadro 6: Relação de instituições e quantidades de participantes da pesquisa.....	43
Quadro 7: Relação das categorias utilizadas na análise de conteúdo, com exemplos das classificações realizadas. ....	48
Quadro 8: Resumo da influência do parecer com ressalvas na percepção dos respondentes.....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização da amostra .....	50
Tabela 2: Análise descritiva das respostas à questão 1.....	51
Tabela 3: Resultado dos testes de Levene e t de <i>Student</i> para o Risco .....	52
Tabela 4: Análise descritiva das respostas à questão 2.....	54
Tabela 5: Resultado dos testes Qui-Quadrado para o Investimento em Ações .....	54
Tabela 6: Análise descritiva das respostas à questão 3.....	55
Tabela 7: Resultado dos testes Qui-Quadrado para a Concessão de Crédito .....	56
Tabela 8: Análise descritiva das respostas à questão 4.....	57
Tabela 9: Resultado dos testes de Levene e t de <i>Student</i> para o Desempenho.....	58
Tabela 10: Análise descritiva das respostas à questão 5.....	58
Tabela 11: Resultado dos testes de Levene e t de <i>Student</i> para a Confiabilidade ...	59
Tabela 12: Análise descritiva das respostas à questão 6.....	61
Tabela 13: Resultado dos testes Qui-Quadrado para a Suficiência das Informações .....	62
Tabela 14: Segregação das respostas à questão aberta por categoria de análise ...	62
Tabela 15: Grau de legibilidade dos pareceres das empresas João Fortes Engenharia e Construtora Sultepa .....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
ASL	Número Médio de Palavras por Frase
ASW	Número Médio de Sílabas por Palavra
BACEN	Banco Central do Brasil
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSC	Questionário acompanhado das Demonstrações da Construtora Sultepa com o Parecer dos Auditores Independentes
CSS	Questionário acompanhado das Demonstrações da Construtora Sultepa sem o Parecer dos Auditores Independentes
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IES	Instituições de Ensino Superior
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
JFC	Questionário acompanhado das Demonstrações da João Fortes Engenharia com o Parecer dos Auditores Independentes
JFS	Questionário acompanhado das Demonstrações da João Fortes Engenharia sem o Parecer dos Auditores Independentes
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
PFC	Princípios Fundamentais de Contabilidade
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Justificativa e Problema de pesquisa.....	15
1.2	Objetivos.....	16
1.3	Limitações da pesquisa .....	16
1.4	Estrutura do trabalho .....	18
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	19
2.1	A informação contábil .....	19
2.2	Auditoria .....	22
2.3	Parecer dos auditores independentes .....	25
2.3.1	Tipos de parecer.....	32
2.4	A utilidade do parecer dos auditores independentes .....	34
3	PROCEDER METODOLÓGICO.....	38
3.1	Instrumento de coleta de dados .....	38
3.2	Amostra .....	42
3.3	Análise estatística.....	44
4	RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	49
4.1	Caracterização da amostra.....	49
4.2	Risco (Questão 1 - Qual o risco que você atribuiria a essa empresa?) .....	51
4.3	Investimento em ações (Questão 2 - Você indicaria a compra de ações dessa empresa?).....	54
4.4	Concessão de crédito (Questão 3 - Considerando que você trabalhe em um banco, você concederia crédito para essa empresa?) .....	55
4.5	Desempenho (Questão 4 – Que nota você atribui para o desempenho da empresa analisada?) .....	57
4.6	Confiabilidade das informações (Questão 5 - Qual a nota que você dá para a confiabilidade das informações contábeis divulgadas pela empresa analisada?).....	58
4.7	Suficiência das informações (Questão 6 - Você considera que a quantidade de informações disponibilizadas é suficiente para responder as perguntas acima?).....	60
4.8	Análise geral dos resultados da pesquisa .....	64

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS.....	71
	APÊNDICE.....	75
	ANEXOS.....	77

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme Ludícibus e Marion (1999, p. 53), a contabilidade tem por finalidade “[...] fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.”. A FIPECAFI (2008, p. 30) acrescenta que as informações fornecidas deverão permitir ao usuário fazer inferências sobre o futuro, ao definir o objetivo principal da contabilidade como “[...] o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.”. Nesse sentido, Dalmácio e Paulo (2004) asseveram que apesar dos demonstrativos contábeis fazerem referência a período passado, isso não impede que as informações divulgadas sejam utilizadas como base para projeções futura. Verifica-se, pois, a partir da definição dos objetivos da contabilidade, a importância da evidenciação para que a contabilidade atinja os seus objetivos.

Corroborando com esse entendimento, Dias Filho (2000) destaca que o termo evidenciação se identifica com os próprios objetivos da contabilidade, vez que este representa o meio pelo qual ela cumpre a missão de comunicar aos seus usuários informações relevantes para tomada de decisão.

São muitas as formas de evidenciação das informações contábeis, dentre as quais têm-se: as demonstrações contábeis, as informações entre parênteses, as notas explicativas, os quadros e demonstrações suplementares, o parecer dos auditores independentes, e o relatório da diretoria (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

No Brasil, de acordo com a Lei nº. 6.404/76, alterada pela Lei nº. 11.638/07, as sociedades por ações devem divulgar ao final de cada exercício social demonstrações contábeis que expressem com clareza a situação do patrimônio da sociedade e as mutações ocorridas no período, compreendendo: balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, sendo esta última exigida apenas das companhias abertas. A Lei estabelece ainda a divulgação de notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis que forem necessários para o esclarecimento da situação patrimonial da entidade e dos resultados do exercício. Contudo, apesar da vasta gama de divulgação requerida pela legislação brasileira, a divulgação de informações não garante a sua utilidade.

O valor das informações está associado a sua capacidade de melhorar o conhecimento sobre determinada realidade, reduzindo riscos e incertezas, de tal forma que seus usuários se sintam apoiados no processo decisório (DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001). Não é sem razão, pois, que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) define a relevância e a confiabilidade como as duas principais qualidades que fazem com que as informações contábeis sejam úteis para a tomada de decisões (CPC, 2008).

No processo de tomada de decisão, os usuários das demonstrações contábeis buscam segurança de que essas duas qualidades foram atendidas, podendo, a princípio, o parecer dos auditores independentes, representar o meio de obtê-la.

O parecer dos auditores independentes ajuda, pelo menos teoricamente, a reduzir o risco de informação, que consiste no risco das demonstrações contábeis



estarem incorretas, incompletas ou enviesadas. Dessa forma, pode-se dizer que ao reduzir o risco de informação, a auditoria das demonstrações contábeis aumenta a credibilidade das informações divulgadas (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002).

### 1.1 Justificativa e Problema de pesquisa

Diante do exposto, percebe-se a importância do parecer dos auditores independentes no processo de tomada de decisão, vez que sem esse documento o usuário da informação contábil pode não depositar a credibilidade necessária nas informações divulgadas, perdendo estas a sua utilidade.

Cabe ressaltar, no entanto, que os estudos de Martínez e Martínez (2008) e Almeida (2008) com analistas de risco comercial e analistas de investimento, respectivamente, demonstraram que a frequência de leitura do parecer dos auditores independentes no processo de tomada de decisões é aquém do que se poderia esperar.

Nesse contexto é que surge a necessidade de pesquisas que busquem verificar a utilidade do parecer dos auditores independentes, analisando sua influência em decisões dos usuários das informações contábeis, mais especificamente do parecer qualificado, vez que os resultados obtidos por Almeida (2008) sugerem uma maior relevância do parecer qualificado (com ressalva, com abstenção de opinião e adverso) para o processo de tomada de decisão.

Haja vista o descrito anteriormente, o problema de pesquisa pode ser assim enunciado: **qual a influência do parecer dos auditores independentes com ressalvas em decisões de investimento e financiamento de possíveis usuários das informações contábeis?**

## 1.2 Objetivos

Tendo em vista o problema de pesquisa, o objetivo geral deste estudo é verificar se o parecer dos auditores independentes com ressalvas interfere em decisões de investimento e financiamento envolvendo possíveis usuários das informações contábeis.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar se a disposição em conceder crédito e indicar a compra das ações da empresa é alterada pela presença de um parecer dos auditores independentes com ressalvas;
- b) Verificar se a percepção do usuário quanto ao risco e ao desempenho da empresa, bem como à confiabilidade das informações contábeis divulgadas pela empresa é alterada pela presença de um parecer dos auditores independentes com ressalvas;
- c) Verificar se o parecer dos auditores independentes é visto pelo usuário da informação como uma informação relevante para o processo de tomada de decisão.

## 1.3 Limitações da pesquisa

O instrumento utilizado para coleta dos dados é um dos aspectos que determinam as limitações da pesquisa. Dessa forma, tem-se, em primeiro lugar, a impossibilidade de medição do grau de sinceridade dos respondentes, podendo os resultados obtidos estarem suscetíveis a vieses. Associado a esse fator, deve-se

considerar também que a tomada de decisões em um contexto simulado pode não refletir as decisões dos respondentes se estivessem em situações reais.

Outro aspecto está relacionado ao público alvo da pesquisa. A aplicação do questionário em profissionais acostumados a análise de demonstrações contábeis poderia refletir resultados diversos daqueles aqui encontrados. Contudo, a necessidade de controle de variáveis como: o conhecimento prévio da empresa e o acesso a informações outras, que não as disponibilizadas na pesquisa, inviabilizaram a aplicação do questionário com profissionais de mercado. Embora essa limitação pudesse ser dirimida pelo conhecimento da experiência profissional dos respondentes. A ausência desse dado no questionário não possibilitou verificar se o comportamento observado entre os alunos que atuam em ramos relacionados à análise das demonstrações contábeis seria diverso daquele observado entre os demais alunos.

Ainda, o fato de não constar no questionário a identificação de se o aluno estava cursando ou já havia cursado a disciplina de análise das demonstrações contábeis não permitiu a análise das possíveis divergências entre esses dois grupos participantes da pesquisa.

Outra limitação refere-se ao fato de a decisão ser tomada a partir de uma análise superficial. Entretanto, conforme Gladwell (2005), a decisão tomada de relance possui um grau relevante de acerto. Ressalta-se, pois, que os resultados obtidos devem ser analisados com cautela, não podendo embasar inferências sobre a influência do parecer dos auditores independentes na tomada de decisão de todos os usuários das informações contábeis.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

A presente dissertação está estruturada em mais quatro capítulos além desta introdução. No segundo capítulo são apresentadas: a revisão da literatura acerca do parecer dos auditores independentes, sua estrutura e utilização no processo de tomada de decisão, e as pesquisas anteriores encontradas sobre o tema.

No terceiro capítulo são relatados os procedimentos metodológicos, mais especificamente, o instrumento utilizado para a coleta dos dados, a amostra objeto da pesquisa e os testes estatísticos realizados.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, por meio da análise dos dados coletados e tratados de acordo com os procedimentos definidos no terceiro capítulo. O quinto e último capítulo destina-se às considerações finais, assim como às sugestões para futuras pesquisas.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo é apresentada a revisão da literatura acerca do parecer dos auditores independentes, sua estrutura e utilização no processo de tomada de decisão, bem como as pesquisas anteriores a respeito do tema. O capítulo está subdividido em quatro partes: na primeira, a informação contábil, estão apresentados o objetivo das demonstrações contábeis, seus usuários e as características qualitativas necessárias a essas informações.

Na segunda, auditoria, apresenta-se um breve histórico do desenvolvimento dessa atividade. Já, na terceira parte, parecer dos auditores independentes apresenta-se a estrutura do modelo de parecer padrão atualmente em vigor no Brasil. Por fim, na quarta e última parte, faz-se uma reflexão, a partir dos resultados encontrados em outros estudos, sobre a utilidade desse parecer para o processo de tomada de decisão.

### 2.1 A informação contábil

A Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis divulgada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estabelece:

O objetivo das demonstrações contábeis consiste em fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um **grande número de usuários** em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. (CPC, 2008) (Grifo nosso).

Percebe-se, pois, que “[...] a informação contábil é utilizada por uma vasta gama de pessoas e entidades [...]” (IUDÍCIBUS; MARION, 1999, p. 55). Esses usuários possuem necessidades diversas de informações, baseando-se em demonstrações contábeis para satisfazerem tais necessidades (CPC, 2008). A seguir, o quadro 1 resume os interesses, segundo o CPC, dos diversos usuários das demonstrações contábeis.

Destaca-se que alguns usuários possuem acesso a informações outras que não as divulgadas nas demonstrações contábeis, como os administradores, considerados usuários internos das informações contábeis. Entretanto, parte dos usuários tem as demonstrações contábeis como principal fonte de informações para a tomada de decisões (CPC, 2008).

<b>Usuários</b>	<b>Interesses na informação</b>
Investidores e acionistas (provedores de capital de risco e seus analistas)	Preocupam-se com o risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz. Necessitam de informações que os auxiliem nas decisões de compra, venda ou manutenção de investimentos. Também estão interessados em informações que os ajudem a avaliar a capacidade da entidade de pagar dividendos.
Empregados e seus representantes	Estão interessados em informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores. Buscam informações que lhes permitam avaliar a capacidade da entidade em prover sua remuneração, seus benefícios de aposentadoria e suas oportunidades de emprego.
Credores por empréstimos	Interessam-se por informações que lhes permitam determinar a capacidade da entidade em pagar seus empréstimos e os correspondentes juros no vencimento.
Fornecedores e outros credores comerciais	Estão interessados em informações que lhes permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas dentro do prazo.
Clientes	Interessam-se por informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando possuem um relacionamento a longo-prazo com a entidade ou quando dela dependam como fornecedor importante.
Governo e suas agências	Estão interessados na destinação de recursos e, portanto, nas atividades da entidade. Necessitam também de informações a fim de regulamentar as atividades das entidades, estabelecer políticas fiscais e servir de base para determinar a renda nacional e estatísticas semelhantes.
Público	As demonstrações contábeis podem ajudar o público fornecendo informações sobre a evolução do desempenho da entidade e os desenvolvimentos recentes.

**Quadro 1:** Usuários e seus possíveis interesses na informação contábil.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de CPC (2008).

As demonstrações contábeis devem ser preparadas e apresentadas, no mínimo, anualmente, visando atender às necessidades de informações dos usuários das informações contábeis. Para que as demonstrações contábeis sejam úteis ao

processo de tomada de decisão ressalta-se, no entanto, que é necessário que estas atendam a algumas características qualitativas, tais como: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade (IUDÍCIBUS; MARION, 1999; CPC, 2008).

Segundo Dias Filho e Nakagawa (2001, p. 42), “[...] a compreensibilidade é um dos atributos necessários para que a Contabilidade possa servir ao processo decisório.”, dado que a dificuldade na compreensão dos demonstrativos contábeis pode levar ao desinteresse do usuário por tais informações (DALMÁCIO; PAULO, 2004).

A *Compreensibilidade* consiste em as informações contábeis serem entendidas pelos seus usuários. Contudo, isso não implica na necessidade das demonstrações contábeis serem compreendidas por qualquer pessoa. Segundo o CPC (2008, p. 10-11), “[...] presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência.”.

Outra característica qualitativa é a *Relevância*, que consiste na capacidade da informação influenciar as decisões econômicas dos usuários, auxiliando-os na avaliação dos impactos de eventos passados, presentes ou futuros, confirmando ou corrigindo, ainda, as suas avaliações anteriores (IUDÍCIBUS; MARION, 1999; CPC, 2008).

Com relação a *Confiabilidade*, Dalmácio e Paulo (2004) afirmam ser esta a qualidade que torna a informação contábil aceita pelos usuários, sendo utilizada como base para suas decisões. Para que a informação seja confiável, esta deve estar livre de erros ou vieses relevantes, bem como representar adequadamente as

transações e eventos que se propõem a representar (IUDÍCIBUS; MARION, 1999; CPC, 2008).

A *Comparabilidade* é a qualidade que permite aos usuários comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo dos anos, com o objetivo de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira, e no seu desempenho, bem como as demonstrações contábeis de diferentes entidades visando avaliar em termos comparativos a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira da entidade (IUDÍCIBUS; MARION, 1999; CPC, 2008). Para tanto, as entidades devem divulgar as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, assim como as eventuais mudanças de práticas e seus efeitos, possibilitando aos usuários a identificação de diferenças entre as práticas utilizadas pela mesma entidade em diferentes períodos e por diferentes entidades (IUDÍCIBUS; MARION, 1999; CPC, 2008).

## **2.2 Auditoria**

A profissão do auditor teve início no século XVII, quando alguns profissionais se aut nomeavam contadores públicos, o trabalho executado por estes era pouco mais apropriado do que o trabalho executado pelos contadores comuns. Já no século XIX, surge o denominado perito contador, cuja função básica consistia em descobrir erros e fraudes. No entanto, somente a partir do início do século XX é que a profissão de auditor tomou maior impulso tornando-se uma profissão propriamente dita (ATTIE, 1992).

No Brasil, a atividade de auditoria existe há mais de um século, embora sua prática só tenha sido regulamentada a partir de 1965, com a emissão da Lei nº.



4.728 que, dentre outras providências, delegou ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a competência para expedir normas relativas a organização do balanço e da demonstração do resultado, padrão de organização contábil, relatórios e pareceres de auditores independentes registrados no Banco Central do Brasil (BACEN) (RICARDINO; CARVALHO, 2004).

O desenvolvimento da atividade de auditoria no Brasil sofreu diversas influências ao longo do tempo, destacando-se: o crescimento das empresas brasileiras e a conseqüente necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas; a evolução dos mercados de capitais; a divulgação, em 1972, da Resolução CFC nº. 321 aprovando as normas e os procedimentos de auditoria elaborados pelo então Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IAIB, atualmente denominado IBRACON e, posteriormente, da Resolução CMN nº. 220, estabelecendo condições para a auditoria das Demonstrações Contábeis das empresas registradas no BACEN e para o registro de auditores independentes, e das Circulares BACEN nº. 178 e nº. 179, todas de 1972, estabelecendo, respectivamente, as normas relativas ao registro dos auditores independentes junto ao BACEN e as normas gerais de auditoria que deveriam ser observadas pelos auditores independentes. (ATTIE, 1992; ALMEIDA, 2003).

Tem-se, em 1976, a criação da Comissão de Valores Mobiliários, com a responsabilidade de normatizar os procedimentos contábeis e os trabalhos de auditoria independente das empresas de capital aberto, e a publicação da Lei 6.404, Lei das Sociedades Anônimas, tornando obrigatória a submissão das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores à auditoria independente (ATTIE, 1992; PACHECO; OLIVEIRA; GAMBA, 2007).

Passados 21 anos, a Lei 11.638/07 estendeu a exigência de submissão das demonstrações contábeis ao exame de auditores independentes para as sociedades de grande porte, ampliando o quantitativo de clientes das empresas de auditoria independente e possibilitando, conseqüentemente, nova expansão desse ramo de atividade.

Com relação ao desenvolvimento da auditoria, Santos e Grateron (2003, p. 8) asseveram que esta “[...] se desenvolveu com muita rapidez e vem ocupando posições de grande importância na sociedade.”, sendo definida pela Resolução CFC nº. 953/03 como o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das Demonstrações Contábeis, conforme os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

Para Santos e Grateron (2003), esse desenvolvimento se baseou na crescente demanda dos usuários por informações examinadas por profissional independente, haja vista a agregação de credibilidade e fidedignidade aos dados oferecidos pela entidade auditada.

A partir do exposto, observa-se a importância da independência do profissional de auditoria na tarefa de imprimir a credibilidade exigida pelos usuários da informação contábil. Tal entendimento é ratificado pela Resolução CFC nº. 1.034/05 ao destacar que “[...] a condição de independência é fundamental e óbvia para o exercício da atividade de auditor independente.”.

Nesse sentido, além da exigência de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o auditor deverá atender aos requisitos mínimos exigidos pelas Normas Brasileiras de

Contabilidade (NBC) – Profissional nº. 1 e nº. 5, principalmente no que se refere à independência do auditor (DUTRA; ALBERTON; BORNIA, 2009).

Ainda com vistas a garantir a independência do auditor, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) instituiu por meio da Instrução nº. 308/99, o chamando rodízio de auditores, estabelecendo que o auditor independente, seja ele pessoa física ou jurídica, não poderá prestar serviços de auditoria a um mesmo cliente por prazo superior a cinco anos consecutivos, não podendo este ser recontratado antes de transcorridos três anos da sua substituição (BRAUNBECK, 2008).

### **2.3 Parecer dos auditores independentes**

O Parecer dos auditores independentes é o produto final do trabalho do auditor. É por meio dele que o auditor se comunica com os usuários das informações contábeis, destacando aspectos referentes aos trabalhos desenvolvidos no decorrer de seus exames, bem como, as suas conclusões a respeito da entidade auditada, expressas na forma de opinião (SANTOS; PEREIRA, 2004).

Com relação a estrutura do parecer dos auditores independentes, ressalta-se que até meados de 1972 não existia uma padronização para sua elaboração. A determinação de um padrão de redação só foi instituída em 14 de abril de 1972 com a publicação da Resolução nº 321 pelo Conselho Federal de Contabilidade (RICARDINO; CARVALHO, 2004).

O padrão de parecer dos auditores independentes adotado por aquela resolução tomou como base a redação recomendada pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) em 1948 (RICARDINO; CARVALHO, 2004).

A definição de um modelo padrão para a elaboração do parecer dos auditores independentes é justificada pela normatização brasileira com o argumento de que

[...] o auditor assume, através do parecer, responsabilidade técnico profissional definida inclusive de ordem pública, [sendo] indispensável que tal documento obedeça às características intrínsecas e extrínsecas estabelecidas nas presentes normas. (CFC, 2003)

Adicionalmente, Dutra, Alberton e Bornia (2009) destacam como uma das justificativas para a existência da padronização a necessidade de assegurar aos usuários das demonstrações contábeis a divulgação no parecer das informações mínimas desejadas para atendimento do seu propósito, inclusive com relação a qualidade redacional do documento e a consistência dos dados nele relatados. Almeida e Vasconcelos (2008, p. 10) complementam ao ressaltar que a padronização objetiva “[...] evitar, por exemplo, que um investidor seja privilegiado pelo acesso à maior número de informações do que outro.”.

Contrapondo os argumentos favoráveis a padronização, Cardozo (1987) assevera que uma padronização do conteúdo redacional pode revelar-se inadequada, vez que é impraticável prever todas as situações que podem ser encontradas pelo auditor.

Para Oliveira (2009), no entanto, apesar da existência de um modelo padronizado, o parecer dos auditores independentes não é um demonstrativo engessado. Segundo aquela autora, o parecer pode apresentar diversas modificações sem, no entanto, contrariar o modelo definido, existindo, por exemplo, a possibilidade de adicionar parágrafos ao parecer com o intuito de fornecer informações com qualidade.

Atualmente, a elaboração do parecer dos auditores independentes é normatizada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Resoluções nº.

820/97, nº. 830/98 e nº. 953/03. A primeira resolução refere-se às normas de auditoria independente das Demonstrações Contábeis, onde constam orientações relativas ao parecer dos auditores independentes; a segunda divulga a interpretação técnica referente ao parecer dos auditores independentes; e, por fim, a última altera o modelo de parecer.

Assim como o modelo definido em 1972, o modelo padrão em vigor está em consonância com as normas estadunidenses, vez que segue a estrutura básica do modelo adotado nos pronunciamentos do AICPA, alinhado ainda aos pronunciamentos do *International Federation of Accountants* (IFAC) (NIYAMA, 2006). Esse modelo, conforme quadro 2, é composto de três parágrafos: o introdutório, o de extensão e o de opinião.

<p><b>MODELO</b></p> <p><b>PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b></p> <p>DESTINATÁRIO,</p> <p>(1) Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa ABC, levantados em 31 de dezembro de 19X1 e de 19X0, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.</p> <p>(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p>(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa ABC em 31 de dezembro de 19X1 e de 19X0, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Local e data</p> <p>Assinatura Nome do auditor-responsável técnico Contador - N.º de registro no CRC</p> <p>Nome da empresa de auditoria N.º de registro cadastral no CRC</p>
--

**Quadro 2:** Modelo de Parecer Padrão em vigor no Brasil.

**Fonte:** Resoluções CFC nº. 820/97 e nº. 953/03.

No parágrafo introdutório, também conhecido como parágrafo de abertura, a empresa auditada é identificada, sendo descritas as demonstrações contábeis que foram objeto de auditoria, bem como as datas e os períodos aos quais correspondem. Ainda, nesse parágrafo são mencionadas as responsabilidades da administração da empresa auditada e as do próprio auditor. Segundo Almeida e Vasconcelos (2008, p. 3), o parágrafo introdutório “[...] tem como objetivo distinguir, claramente, as responsabilidades da administração e as do auditor.”. A administração da empresa auditada é responsável pela elaboração e pelo conteúdo das demonstrações contábeis, cabendo ao contador que as assina a responsabilidade técnica. Ao auditor cabe a responsabilidade pela opinião expressa no parecer.

Almeida e Vasconcelos (2008) destacam, ainda, que para o usuário externo do parecer, a descrição das demonstrações contábeis que foram objeto de auditoria é relevante, dada a possibilidade de existirem restrições a algumas demonstrações.

No segundo parágrafo, conhecido como parágrafo de extensão, são descritos de forma concisa os trabalhos executados durante os exames das demonstrações contábeis, devendo o auditor declarar se os exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria.

Quando da descrição dos trabalhos executados, o auditor deve destacar que os trabalhos foram executados com base em testes. Para Boyton, Johnson e Kell (2002) essa menção revela a natureza da auditoria ao indicar que nem todas as evidências foram examinadas.

Almeida e Vasconcelos (2008), em complemento, destacam que a menção no parágrafo de extensão de que o planejamento dos trabalhos considera a relevância

dos saldos sugere que não é objetivo da auditoria a descoberta de todas as distorções presentes nas demonstrações contábeis, mas sim, das mais relevantes.

Almeida e Vasconcelos (2008) destacam, ainda, que tanto a menção de que os trabalhos foram executados com base em testes quanto a menção sobre a consideração da relevância dos saldos na elaboração do planejamento dos trabalhos contribuem para o correto entendimento da função da auditoria.

No terceiro parágrafo, parágrafo de opinião, é que o auditor expressa de forma clara e objetiva se as demonstrações contábeis estão adequadamente representadas, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil. De acordo com a Resolução CFC nº. 953/03, “[...] entende-se como práticas contábeis os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e legislações pertinentes.”.

A utilização da expressão “práticas contábeis adotadas no Brasil” foi instituída pela Resolução CFC 953/03, em substituição a expressão “Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC)”. Para Koliver (2003, p. 80), entretanto, “[...] práticas contábeis é uma expressão genérica, semanticamente dúbia e, sob hipótese alguma se confunde com os PFCs e NBCs”. Para aquele autor é inaceitável a menção à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil como conclusão dos trabalhos de auditoria.

É importante mencionar que existem entidades – como as de energia elétrica e telefonia, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as empresas de seguros e as empresas de transporte aéreo – que possuem normas e regulamentos específicos divulgados por órgãos governamentais, abrangendo inclusive critérios contábeis (CFC, 1998).

Segundo a Resolução CFC nº. 830/98, nesses casos, as normas e regulamentos específicos, cujo teor ainda não conste nas Normas Brasileiras de Contabilidade, podem ser admitidos pelo auditor na fundamentação do seu parecer, desde que estas não conflitem com os PFC.

Assim, os eventuais desvios em relação aos PFC, decorrentes da aplicação da legislação ou das normas regulamentares específicas, devem ser tratados de maneira idêntica à observada nas demais entidades, emitindo parecer com ressalva ou opinião adversa, sempre que relevante.

Destaca-se que quando da emissão de parecer diferente daquele sem ressalva, o auditor deve incluir no seu parecer descrição clara de todos os motivos que fundamentaram a sua opinião, quantificando, quando possível, os efeitos sobre as demonstrações contábeis. A descrição desses motivos é apresentada em parágrafo específico, disposto imediatamente antes do parágrafo de opinião, podendo fazer referência as notas explicativas às demonstrações contábeis (CFC, 98).

Além dos parágrafos específicos, onde são descritos os motivos que fundamentam a opinião do auditor, poderão ser inseridos no parecer dos auditores independente os denominados parágrafos de ênfase. Ao contrário daqueles, estes são inseridos depois do parágrafo de opinião, vez que não interferem no juízo do auditor (MARTINS, 2005; ALMEIDA; VASCONCELOS, 2008).

Os parágrafos de ênfase são utilizados para chamar a atenção dos usuários das demonstrações contábeis, sendo emitidos, por exemplo, para destacar eventual divisão de responsabilidade entre os auditores responsáveis pelos exames das empresas coligadas e/ou controladas e os auditores responsáveis pelos exames da controladora ou ainda para destacar o risco de desembolso futuro ainda não



contabilizado pela empresa, visto o nível de probabilidade de ocorrência desse desembolso ainda não exigir o seu registro (MARTINS, 2005; ALMEIDA; VASCONCELOS, 2008).

É importante destacar que o modelo de parecer apresentado no quadro 2 foi divulgado pela Resolução CFC nº 820 de 1997, tendo sido alterado em 2003, pela Resolução CFC nº 953, período no qual ainda era obrigatória a publicação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pelas sociedades por ações. Com a publicação da Lei 11.638 em 2007 que, dentre outras providências, substitui a DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, exigindo ainda a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado, o modelo apresentado deverá ser adaptado de forma a adequar-se às referidas mudanças.

O parecer dos auditores independentes deve ser datado e assinado pelo contador responsável pelos trabalhos, sendo informado seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). No caso dos trabalhos realizados por empresa de auditoria, também deverão constar no parecer o nome da empresa e o seu número de registro cadastral no CRC (CFC, 2003).

Segundo a Resolução CFC nº. 953/03, a “[...] data do parecer deve corresponder ao dia do encerramento dos trabalhos de auditoria na entidade.”. Mais especificamente, Attie (1992) e Boyton, Johnson e Kell (2002), destacam que essa data corresponde ao último dia dos trabalhos em campo. Aparentemente, pode-se inferir que existe uma divergência entre a definição da data que deverá constar no parecer, no entanto, quando a resolução estabelece que a data do parecer deva corresponder ao dia do encerramento dos trabalhos na entidade, a expressão “na” deixa margem para o entendimento de que esse corresponde ao último dia dos trabalhos em campo.

A importância da definição da data que deverá constar no parecer dos auditores independentes está relacionada ao fato do auditor ter que considerar em seu parecer os possíveis efeitos decorrentes de transações e eventos ocorridos entre a data de encerramento do exercício auditado e a data do parecer, mencionando-os como ressalva ou em parágrafo de ênfase, quando não ajustados ou revelados adequadamente (CFC, 2003).

### **2.3.1 Tipos de parecer**

O parecer dos auditores independentes pode ser classificado de acordo com a natureza da opinião que contém, em: parecer sem ressalvas, parecer com ressalvas, parecer adverso e parecer com abstenção de opinião.

O parecer sem ressalvas, que obedece ao modelo padrão apresentado no quadro 2, deve ser emitido quando o auditor está convencido de que as demonstrações contábeis representam, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da empresa auditada, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Cabe ressaltar que a emissão de parecer sem ressalvas não significa dizer que não ocorreram alterações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, mas sim que em tendo havido tais alterações, seus efeitos foram devidamente avaliados e aceitos e estão adequadamente revelados nas demonstrações contábeis divulgadas.

Ainda, o auditor independente não deve emitir parecer sem ressalvas quando discordar da administração da entidade em relação ao conteúdo e/ou à forma de

apresentação das demonstrações contábeis ou quando ocorrerem limitações na extensão do seu trabalho.

A emissão do parecer com ressalva ocorre quando os efeitos das divergências para com a administração da entidade ou das limitações na extensão do trabalho do auditor não forem de tal magnitude que justifiquem a emissão de parecer adverso ou com abstenção de opinião.

O parecer com ressalva deve obedecer ao modelo do parecer sem ressalva, sendo utilizadas as expressões “exceto por”, “exceto quando” ou “com exceção de” para referir-se aos efeitos do assunto objeto da ressalva, não sendo admitido expressão diferente das mencionadas. Ainda, no caso de limitação na extensão do trabalho, o parágrafo de extensão deve ser modificado de forma a refletir tal circunstância (CFC, 1998).

O parecer adverso deve ser emitido quando o auditor verifica que as demonstrações contábeis estão incorretas e/ou incompletas em tal magnitude que impossibilite a emissão de parecer com ressalva. Nessa circunstância não é apropriado a emissão de parecer com abstenção de opinião, vez que o auditor possui informações suficientes para emitir sua opinião (ATTIE, 1992).

Por fim, o parecer com abstenção de opinião é emitido quando da ocorrência de limitações significativas na extensão do trabalho do auditor, ou ainda, quando da existência de incertezas significativas sobre um ou mais itens das demonstrações contábeis, impossibilitando a formação de opinião sobre sua adequação (CFC, 1998).

A emissão de parecer com abstenção de opinião não exime, no entanto, a responsabilidade do auditor de mencionar qualquer desvio relevante que tenha

tomado conhecimento durante a realização dos seus trabalhos que possam impactar a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis (CFC, 1998).

#### **2.4 A utilidade do parecer dos auditores independentes**

Para que as informações divulgadas sejam úteis ao processo de tomada de decisão por parte dos usuários externos é importante que essas informações sejam confiáveis. Segundo Dutra, Alberton e Bornia (2009), essa necessidade de credibilidade e confiança no entorno das informações divulgadas se constitui no principal fundamento para a existência da auditoria independente no Brasil, sendo o parecer dos auditores independentes o instrumento que oferece tal credibilidade.

Suaréz, García e Méndez (2007), por sua vez, destacam que a opinião do auditor se configura em um indicador de qualidade das informações divulgadas. Dessa forma, o recebimento de opinião favorável confirma a sua utilidade para o processo de análise e tomada de decisão, ao passo que o recebimento de opinião desfavorável (qualificada) indica que a confiabilidade das informações divulgadas é no mínimo questionável.

Nesse sentido, Oliveira (2009) assevera que o parecer dos auditores independentes, único documento decorrente do extenso processo de auditoria que é disponibilizado aos usuários externos, constitui-se no documento mais lido pelos usuários que não dominam a contabilidade, tomando estes as interpretações dos auditores como base para tomada de decisão.

Martins (2005, p. 2) reforça a necessidade de leitura do parecer dos auditores independentes, não se limitando aos usuários leigos em contabilidade, ao afirmar

que “É inconcebível que se queira analisar uma demonstração contábil sem que antes seja lido o Parecer do Auditor.”.

Entretanto, as respostas obtidas por Martínez e Martínez (2008), em estudo realizado com analistas de risco comercial de empresas espanholas com o objetivo de analisar se o parecer dos auditores independentes contém informações relevantes para a avaliação de riscos comerciais das empresas, contrapõe o entendimento de Oliveira (2009) e Martins (2005), vez que apenas 31,83% dos entrevistados declararam sempre ler o parecer dos auditores independentes, sendo que 13,51% destes declararam que nunca o fazem.

Os resultados encontrados por Almeida (2008) são ainda mais alarmantes. Em pesquisa visando expor o grau de compreensão do parecer dos auditores independente por parte dos analistas de investimentos e diagnosticar a influência do seu conteúdo informativo no processo decisório de investir, 47,6% dos respondentes declararam a frequência de leitura do parecer dos auditores independentes como muito baixa ou baixa e outros 14,30% admitiram uma frequência de leitura mediana.

Tais resultados levantam dúvidas sobre a utilidade desse parecer para o usuário externo, criado com o intuito de auxiliar o processo de tomada de decisão. Esta dúvida é de certa forma confirmada por Almeida (2008, p. 11) ao concluir, a partir do referido estudo, que “[...] as informações contidas no parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras e a forma como estas estão nele dispostas não satisfazem aos aspectos de compreensibilidade e utilidade.”.

Uma das possíveis explicações para os problemas de utilidade apontados em relação ao parecer dos auditores independentes é levantada por Santos e Grateron (2003) ao criticarem a imparcialidade dos auditores quanto à responsabilidade de

indicar as empresas que apresentam problemas de continuidade. Os autores esclarecem que os auditores não são obrigados a evitar a falência de seus clientes, no entanto, isso não os exime da responsabilidade de identificar problemas de continuidade, alertando tanto a administração da entidade quanto os demais usuários da informação contábil.

Nesse sentido, conquanto o CFC alerte para o fato do parecer dos auditores independentes não representar uma garantia de viabilidade futura da entidade auditada, nem tampouco um atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios, o referido conselho reforça a responsabilidade desses profissionais na identificação de problemas de continuidade ao dispor sobre a necessidade do auditor atentar para a continuidade normal das atividades da entidade auditada quando da elaboração do planejamento e execução dos seus trabalhos (CFC, 2003).

A capacidade do parecer dos auditores independentes em identificar problemas de continuidade foi testada por Lennox (1999) ao comparar a acurácia de um modelo de previsão de falência com a dos pareceres dos auditores independentes. Os resultados encontrados revelam que a acurácia do modelo utilizado é muito superior a capacidade dos auditores independentes na identificação de empresas que enfrentam uma alta probabilidade de falência.

Na busca por explicações para a ausência de acurácia apresentada, o autor verificou que os pareceres atuais sofrem grande influência dos pareceres passados. Em outras palavras, os auditores tendem a manter as suas opiniões passadas, reduzindo sua acurácia. Para Lennox (1999) esse resultado é consistente com evidências de que os auditores frequentemente perdem cliente ou são processados quando mudam sua opinião. Vê-se, pois, que a pressão exercida pela empresa

sobre o auditor pode comprometer a sua independência, condição primordial para o exercício de suas funções.

Mais especificamente, Martínez e Martínez (2008) buscaram identificar o impacto do parecer qualificado nas decisões dos usuários das demonstrações contábeis. Os autores compararam as decisões tomadas por analistas de investimento na presença de um parecer sem ressalvas com as decisões tomadas mediante a presença de um parecer qualificado, os resultados encontrados comprovam a existência de influência deste último na avaliação de riscos comerciais, no entanto quando comparadas as influências de diferentes tipos de qualificação, os autores não encontraram explicações para alguns dos comportamentos observados, levantando a hipótese de incompreensão do conteúdo do parecer por parte dos analistas de risco.

### **3 PROCEDER METODOLÓGICO**

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para atendimento dos objetivos. O capítulo está subdividido em três partes: na primeira, instrumento de coleta de dados, são apresentadas e explicitadas as características do instrumento de coleta de dados utilizado. Na segunda, amostra, é explicitada como foi obtida a amostra do presente estudo. Na terceira e última parte, análise estatística, são explicitadas as análises descritivas e os testes estatísticos utilizados.

#### **3.1 Instrumento de coleta de dados**

O instrumento de pesquisa utilizado na coleta dos dados foi o questionário auto-administrado apresentado no apêndice.

Esse tipo de questionário, segundo Gressler (2003) e Walliman (2005), possibilita a obtenção de respostas mais sinceras, vez que preserva o anonimato do respondente. No entanto, apesar dessa característica, a forma de aplicação dificulta a identificação de participantes que por ventura não estejam dispostos a contribuir com os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, para reduzir as possíveis distorções, nos casos daqueles questionários em que a falta de comprometimento com a pesquisa ficou evidente, decidiu-se por excluí-los da análise dos dados.

Os questionários aplicados foram compostos de 9 questões, sendo 3 referentes à identificação do respondente: perguntas sobre a idade, o gênero e o semestre em curso; e 6 referentes à análise da empresa em questão.



Na seleção das empresas foi considerada a possibilidade da população objeto ter conhecimento a respeito delas e das informações contábeis utilizadas na pesquisa. Dessa forma, com o objetivo de evitar que a análise dos respondentes fosse influenciada por outras informações que não as disponibilizadas, procurou-se selecionar empresas pouco conhecidas. Ainda, tendo em vista os objetivos da pesquisa, foram selecionadas empresas cujos pareceres de auditoria tivessem sido emitidos, no ano de 2007, com ressalvas.

Com fundamento nos critérios mencionados, foram selecionadas as seguintes empresas: João Fortes Engenharia e Construtora Sultepa. Ambas pertencentes ao setor de construção e transporte e comercializadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). As empresas selecionadas divergem quanto ao tipo de ressalva recebida e à empresa de auditoria responsável pela emissão do parecer. A seguir nos quadros 3 e 4 são apresentadas a descrição das ressalvas e das ênfases contidas nos pareceres recebidos pelas empresas João Fortes Engenharia e Construtora Sultepa, respectivamente, assim como o nome das empresas de auditoria responsáveis pela sua emissão.

<b>João Fortes Engenharia - Auditada por: PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes</b>
<p>(i) ausência de apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos do exercício findo em 31 de dezembro de 2007.</p> <p>(ii) em função da adoção do regime de competência para contabilização das operações imobiliárias, a empresa está em processo de análise dos tributos incidentes sobre essas operações dos exercícios de 2003 a 2007, imposto de renda e contribuição social, e não constituiu créditos tributários desses tributos ou provisão a pagar até que complete essa análise.</p> <p>(iii) demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 auditadas por outros auditores que emitiram parecer com ressalva sobre o diferimento do lucro das obras de incorporação imobiliária em conformidade com a legislação tributária, divergente da contabilização pelo regime de competência. Examinamos o ajuste efetuado para corrigir as demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício de 2006 e somos de parecer que, exceto pela ausência de apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos e pelo mencionado no item (ii), tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.</p>

**Quadro 3:** Resumo descritivo das Ressalvas e Ênfases do parecer recebido pela empresa João Fortes Engenharia.

**Fonte:** Dados da Pesquisa

**Construtora Sultepa - Auditada por: Rokembach & Cia. Auditores**

(i) as demonstrações contábeis dos consórcios Sulcatarinense/3Golf, IECSA/Sulcatarinense/ Momento – SIM, Sulcatarinense/ARG/CBPO, e Sulcatarinense/Conpesa/Saibrita, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, bem como as relativas a 31 de dezembro de 2007 e 2006 dos consórcios Consórcio Construtor do Sul – CCS e Molhe Sul não foram examinadas por auditores independentes. Conseqüentemente, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores dos ativos líquidos incluídos nos balanços patrimoniais e do lucro líquido do exercício da controladora e do consolidado.

(ii) as demonstrações contábeis da controlada em conjunto CP Companhia de Participações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 não foram examinadas por auditores independentes.

(iii) as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Sociedade e de suas controladas. A Sociedade tem apresentado deficiência de capital de giro, bem como, possui créditos a receber de suas controladoras direta e indireta classificados no ativo realizável a longo prazo, cuja a realização depende do sucesso das operações futuras das controladoras. Esses fatores geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. Os planos da administração, com relação a este assunto, estão descritos na nota explicativa nº 23. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

(iv) a Sociedade e sua controlada Pedrasul Construtora S.A., com intuito de atender o preconizado no Programa de Parcelamento Fiscal - PAES, ingressaram com pedido de concessão pela Justiça Federal de medida liminar, a qual postula a suspensão da exigibilidade da totalidade dos débitos que as mesmas possuem para com a União Federal e suas autarquias, até que seja definitivamente julgada a ação rescisória relativa aos créditos a receber que as Sociedades possuem junto a União Federal. O despacho sobre tal pedido está pendente de decisão, bem como, em 2008, através dos seus assessores jurídicos foi elaborado recurso administrativo visando a permanência da controlada no referido programa, cujo desfecho é considerado como provável a mesma, motivos pelo qual as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da permanência da Sociedade e de sua controlada no referido programa.

(v) as demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 das controladas em conjunto Metrovias S.A. Concessionária de Rodovias, Sulvias S.A. Concessionária de Rodovias e Convias S.A. Concessionária de Rodovias (controlada indireta) foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer com ênfase de que a realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, dependem da geração futura de lucros tributáveis.

**Quadro 4:** Resumo descritivo das Ressalvas e Ênfases do parecer recebido pela empresa Construtora Sultepa.

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Os questionários aplicados divergiam, pois, em função do conjunto de informações entregue para análise. Dessa forma, parte dos respondentes recebeu as informações completas (demonstrações contábeis, notas explicativas e parecer dos auditores independentes) e outra parte teve o parecer dos auditores independentes omitido das informações recebidas. Para fazer referência aos questionários acompanhados das Demonstrações da empresa João Fortes Engenharia com e sem o parecer dos auditores independentes, utilizou-se, respectivamente, as siglas JFC e JFS. Já para fazer referência aos questionários

acompanhados das Demonstrações da Construtora Sultepa com e sem o parecer dos auditores independentes, utilizou-se, respectivamente, as siglas CSC e CSS.

Exceto pelas perguntas sobre a idade do respondente e pela questão número 6, em que era solicitado ao respondente justificar a resposta dada, todas as demais perguntas do questionário eram fechadas e abrangiam os seguintes assuntos: risco, desempenho e confiabilidade das informações disponibilizadas. O quadro 5, a seguir, apresenta as especificações utilizadas na confecção do questionário:

Questões	Assunto	Tipo	Resposta possíveis	
1	Risco	Escala 1 a 10	Baixo risco = 1	Alto risco = 10
2	Investimento	Dicotômica	Sim	Não
3	Crédito	Dicotômica	Sim	Não
4	Desempenho	Escala 1 a 10	Péssimo = 1	Excelente = 10
5	Confiabilidade das informações	Escala 1 a 10	Baixa confiança = 1	Alta confiança = 10
6	Suficiência de informações	Dicotômica	Sim	Não

**Quadro 5:** Especificações das questões utilizadas no questionário.

**Fonte:** Dados da Pesquisa

As questões 1, 4 e 5 solicitavam ao respondente atribuir uma nota para o risco, para o desempenho e para a confiabilidade das informações disponibilizadas pela empresa, respectivamente. A questão 2 solicitava ao respondente informar se ele indicaria a compra das ações da empresa analisada. Já a questão de número 3 solicitava ao respondente informar se ele concederia crédito para a empresa, caso ele trabalhasse em uma instituição financeira.

Por fim, a questão 6 perguntava ao respondente se as informações disponibilizadas eram suficientes para responder as perguntas do referido questionário. Nesse caso, era solicitado ao respondente justificar a resposta dada, caso a mesma fosse negativa. A intenção era verificar se os respondentes que receberam as demonstrações sem o parecer dos auditores independentes o identificariam como uma das informações necessárias para a tomada de decisão.

A aplicação dos questionários foi realizada em dois momentos distintos. Em um primeiro momento eram entregues as demonstrações da empresa para que os respondentes as analisassem. Transcorridos entre quinze e vinte minutos (tempo mínimo e máximo) da entrega das demonstrações, os questionários eram, então, entregues aos respondentes. Essa estratégia teve por objetivo garantir que os respondentes analisassem as demonstrações durante algum período, minimizando a possibilidade do entrevistado responder as questões de maneira aleatória ou descuidada. Dessa forma, a aplicação do questionário durou em média 30 minutos, chegando, em alguns casos, a 50 minutos.

### **3.2 Amostra**

A amostra foi composta dos alunos do curso de ciências contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do Distrito Federal que estivessem cursando ou já tivessem cursado a disciplina de análise das demonstrações contábeis.

A limitação da amostra aos alunos com conhecimento de análise das demonstrações contábeis deveu-se à especificidade do questionário, o qual exigia o conhecimento dessa disciplina. Considerou-se, pois, que os alunos possuíam conhecimentos razoáveis para permitir-lhes a compreensão do conteúdo de demonstrativos contábeis. Os alunos do curso de ciências contábeis foram selecionados como amostra por se pressupor que, na formação recebida, há a preocupação em prepará-los para atuação nos diversos campos que envolvem a tomada de decisões baseada nas informações disponíveis nos demonstrativos contábeis.

A seleção da amostra foi realizada de forma não probabilística. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 254), “[...] escolher entre uma amostra probabilística ou uma não probabilística depende dos objetivos do estudo, do tipo de pesquisa e da contribuição que se pensa fazer com ela.”.

Não foi exigido que os alunos já tivessem cursado a disciplina de auditoria, visto que durante a disciplina de análise das demonstrações espera-se que os alunos sejam informados sobre o papel que o parecer dos auditores independentes desempenha no processo de análise das demonstrações contábeis.

Os questionários foram aplicados em 5 das 19 instituições de ensino superior privadas do Distrito Federal autorizadas a fornecer o curso de ciências contábeis, sendo elas:

Instituição	Sigla	Questionários	
		Aplicados	Aproveitados
Centro Universitário Euro Americano	UNIEURO	54	54
Centro Universitário do Distrito Federal	UniUDF	33	33
Faculdades Integradas da Upis	UPIS	75	73
Universidade Paulista	UNIP	20	20
Faculdade Serrana de Ensino Superior	FASEP	27	27
<b>Total</b>		<b>209</b>	<b>207</b>

**Quadro 6:** Relação de instituições e quantidades de participantes da pesquisa.

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Conforme se pode verificar no quadro 6, participaram desta pesquisa 209 estudantes. No entanto, durante a análise dos dados dois questionários foram invalidados por ter ficado caracterizada a indisposição do aluno em participar da pesquisa, resultando, assim, numa amostra de 207 questionários válidos. Os questionários excluídos da amostra não apresentavam respostas para as perguntas referentes a análise da empresa. Ainda, em um dos questionários foi incluída uma observação ao final da primeira página indicando a falta de tempo para responder as

questões. No outro questionário, a menção sobre a falta de tempo constava no espaço referente a justificativa da questão 6.

Destaca-se que outros 10 respondentes também indicaram a falta de tempo no espaço reservado para a justificativa da resposta da questão 6. Contudo tais questionários não foram excluídos da amostra haja vista que todas as demais perguntas referentes a análise da empresa foram respondidas, demonstrando um maior comprometimento com a pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada entre os meses de abril e junho de 2009. Os entrevistados foram orientados a responder o questionário individualmente, sendo salientada a inexistência de respostas certas ou erradas. É importante destacar que os respondentes não tiveram acesso ao objetivo da pesquisa, haja vista que tal conhecimento poderia distorcer os resultados obtidos.

### **3.3 Análise estatística**

Num primeiro momento foi realizada a análise descritiva das respostas dos participantes por meio de medidas de tendência central, dispersão e frequência. Dessa forma, para as questões envolvendo respostas intervalares (questões 1, 4 e 5), foram calculadas a média, a moda, a mediana e o desvio padrão de cada amostra. No caso das questões cuja resposta era do tipo sim ou não (questões 2, 3 e 6), foi calculada a frequência das alternativas escolhidas para cada amostra.

As notas atribuídas pelos respondentes dos questionários, cujo parecer dos auditores independentes foi omitido das demonstrações contábeis, foram comparadas com as notas atribuídas pelos respondentes cujas demonstrações

entregues estavam completas. Para tanto, foi realizado o teste de média (teste t de *Student*) entre as médias das notas atribuídas pelas amostras.

Nesse teste foram utilizadas as seguintes hipóteses:

H<sub>0</sub>: As notas atribuídas pelos respondentes dos questionários JFS e CSS são estatisticamente **iguais** às notas atribuídas pelos respondentes dos questionários JFC e CSC.

H<sub>1</sub>: As notas atribuídas pelos respondentes dos questionários JFS e CSS são estatisticamente **diferentes** das notas atribuídas pelos respondentes dos questionários JFC e CSC.

Ressalta-se, no entanto, que para definição do tipo de teste t de *Student* a ser utilizado, foi necessário definir se as amostras possuíam variâncias homogêneas ou não. Para tanto, utilizou-se o teste de Levene.

Nesse caso as hipóteses testadas foram:

H<sub>0</sub>: As variâncias das respostas dos questionários JFS e CSS são estatisticamente **iguais** às variâncias das respostas dos questionários JFC e CSC.

H<sub>1</sub>: As variâncias das respostas dos questionários JFS e CSS são estatisticamente **diferentes** das variâncias das respostas dos questionários JFC e CSC.

A partir dos resultados obtidos com o teste de Levene, e tendo em vista que não foi possível refutar a hipótese nula de as variâncias das amostras serem homogêneas, decidiu-se pela utilização do teste t de *Student* para amostras de mesma variância.

Ainda, se verificou se a disposição em conceder crédito ou indicar a compra de ações da empresa analisada foi alterada pela presença do parecer com ressalvas. Para tanto, a frequência dos entrevistados que responderam de forma afirmativa as questões 2 e 3 dos questionários JFC e CSC foi comparada com a frequência das respostas afirmativas observadas entre os respondentes dos questionários JFS e CSS.

O teste utilizado para determinar a existência ou não de diferenças significativas entre as amostras foi o teste Qui-Quadrado de Pearson ( $\chi^2$ ). Para Siegel (1981), esse teste é utilizado para determinar a significância de diferenças entre dois grupos com relação a determinada característica, podendo ser utilizado quando os dados são apresentados na forma de frequências em categorias discretas.

Para este teste, as hipóteses podem ser assim enunciadas:

H<sub>0</sub>: A disposição em indicar a compra de ações da empresa analisada ou conceder crédito à empresa por parte dos participantes que responderam ao questionário JFC ou CSC é **igual** à disposição observada para os respondentes dos questionários JFS ou CSS.

H<sub>1</sub>: A disposição em indicar a compra de ações da empresa analisada ou conceder crédito à empresa por parte dos participantes que responderam ao questionário JFC ou CSC é **diferente** da disposição observada para os respondentes dos questionários JFS ou CSS.

A análise da última questão do questionário foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa objetivou-se avaliar se a frequência dos respondentes que consideraram as informações disponibilizadas suficientes para responder as



questões do questionário se alterava em função da omissão do parecer dos auditores independentes. Para tanto, utilizou-se o teste Qui-Quadrado de Pearson ( $\chi^2$ ) para amostras independentes.

Sendo as hipóteses assim descritas:

H<sub>0</sub>: A frequência dos respondentes dos questionários JFC ou CSC que consideraram as informações disponibilizadas suficientes para responder as questões do questionário é **igual** à frequência observada para os respondentes dos questionários JFS ou CSS.

H<sub>1</sub>: A frequência dos respondentes dos questionários JFC ou CSC que consideraram as informações disponibilizadas suficientes para responder as questões do questionário é **diferente** da frequência observada para os respondentes dos questionários JFS ou CSS.

Na segunda etapa objetivou-se analisar a justificativa que os respondentes deram quando os mesmos consideraram que as informações disponibilizadas não eram suficientes para responder as questões propostas. Utilizou-se, pois, a análise de conteúdo que, dentre outras finalidades, pode ser utilizada para “fechar questões abertas” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 344), a análise de conteúdo consiste em um “[...] *processo no qual as características relevantes do conteúdo de uma mensagem se transformam em unidades que permitam sua descrição e análise precisas.*”. Dessa forma, as justificativas fornecidas pelos respondentes foram codificadas de acordo com o tipo de informação considerada necessária para tomada de decisão e não disponibilizada no estudo, sendo utilizadas as seguintes categorias definidas no quadro 7 a seguir.

<b>Categoria</b>	<b>Exemplos</b>
Demonstrações Contábeis	“Talvez com um fluxo de caixa facilitaria a movimentação do caixa (liquidez).”; “Mostrar dados Fluxo de Caixa, Demonstração criação patrimônio – DMPL [...]”.
Notas Explicativas	“Necessita de mais notas explicativas.”; “Mostrar [...] notas explicativas aos acionistas.”.
Parecer dos Auditores Independentes	“Mostrar [...] Notas explicativas de auditoria [...]”.
Informações não Especificadas	“Há a necessidade de maiores dados para uma análise mais precisa.”; “O melhor seria conhecer a empresa de perto.”; “Pois falta mais informação sobre os patrimônios desta empresa.”; e “Precisaria de uma análise mais detalhada, com consultas por exemplo: no BACEN, ver também outros documentos.”.
Não Justificado	Justificativas em Branco e “Preciso de mais tempo para fazer comparações.”.

**Quadro 7:** Relação das categorias utilizadas na análise de conteúdo, com exemplos das classificações realizadas.

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Destaca-se que alguns respondentes forneceram justificativa mesmo quando estes consideraram as informações disponibilizadas suficientes para responder as perguntas do questionário. Fato que, de certa forma, demonstra o comprometimento dos respondentes com a pesquisa. No entanto, para estas justificativas não foi aplicada a análise de conteúdo.

Finalmente, foram utilizados na análise os seguintes softwares: Excel 2007 e SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) 12.0. O primeiro para a tabulação dos dados e elaboração de tabelas, o segundo para a análise dos dados. Todos os testes foram realizados com um grau de confiança de 95%, bicaudal.

## **4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Neste capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos a partir da aplicação dos procedimentos metodológicos definidos no capítulo 3, haja vista a revisão da literatura apresentada no capítulo 2.

O capítulo está subdividido em oito partes: na primeira, caracterização da amostra, é realizada a análise descritiva das características dos respondentes. Nas partes subseqüentes - da segunda a sétima - são apresentados e discutidos os resultados obtidos para cada uma das questões relativas à análise da empresa. Por fim, na oitava e última parte, é apresentada uma análise geral dos resultados da pesquisa.

### **4.1 Caracterização da amostra**

Na tabela 1 são apresentadas as características censitárias da amostra estudada.

Em primeiro lugar, observa-se que a média de idade dos participantes é de 29 anos, assim, a amostra é composta de um público não tão jovem quanto se poderia esperar, visto tratarem-se de estudantes de instituições de ensino superior. Tal fato, portanto, pode significar maior maturidade dos respondentes, característica esta que não se altera expressivamente quando observadas as subamostras referentes a cada um dos tipos de questionário.

Em relação ao gênero, observa-se que a amostra foi composta por número maior de homens que de mulheres, sendo essa diferença de 8 pontos percentuais

se considerada a amostra como um todo. De maneira geral a amostra obtida mostrou-se equilibrada quando observado o gênero dos respondentes. Vale ressaltar que quando analisadas as subamostras individualmente, a diferença entre homens e mulheres alcança 36 pontos percentuais, como é o caso dos respondentes que receberam as informações completas da João Fortes Engenharia, sendo para o caso da subamostra dos respondentes que receberam as informações da Construtora Sultepa com e sem o parecer dos auditores independentes, o percentual de mulheres superior ao de homens.

**Tabela 1:** Caracterização da amostra

<b>Amostra</b>		<b>JFC</b>	<b>JFS</b>	<b>CSC</b>	<b>CSS</b>	<b>Total</b>
<b>n</b>		50	51	53	53	207
<b>Idade</b>	Média	32,00	29,92	26,09	29,71	29,38
	Desvio Padrão	9,28	6,34	4,70	8,46	7,63
<b>Gênero (%)</b>	Feminino	32,00	43,14	50,94	56,60	45,89
	Masculino	68,00	56,86	49,06	43,40	54,11
<b>Semestre do curso</b>	Média	6,28	6,16	6,81	6,70	6,49
	Desvio Padrão	0,61	0,62	1,16	1,23	0,99
<b>Turno (%)</b>	Diurno	-	-	3,77	3,77	1,93
	Noturno	100,00	100,00	96,23	96,23	98,07

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Já em relação ao semestre em curso, 86,83% dos respondentes declararam que estavam posicionados a partir do 6º semestre de seu curso. Assim, a coleta de dados foi realizada com alunos que, à época, encontravam-se na fase final do curso de ciências contábeis, ou seja, já “às portas” do mercado de trabalho e, a princípio, conhecedores das atribuições profissionais. Fato reforçado pela média de idade encontrada.

Por fim, quanto ao turno, observa-se que praticamente toda a amostra (98,07%) é composta por estudantes do turno noturno, fato ocasionado por haver tão somente um curso no período diurno dentre as instituições nas quais os questionários foram aplicados.

#### 4.2 Risco (Questão 1 - Qual o risco que você atribuiria a essa empresa?)

Com a questão 1 buscou-se analisar se a percepção do respondente quanto ao risco da empresa seria alterada pela presença de um parecer dos auditores independentes com ressalva. Na tabela 2 a seguir é apresentada a análise descritiva das respostas, segregada por subamostra.

**Tabela 2:** Análise descritiva das respostas à questão 1

Questão 1 – Risco	JFC	JFS	CSC	CSS	Total
n	50	51	53	53	207
Média	6,04	5,84	5,89	5,66	5,86
Moda	7,00	5,00	6,00	6,00	5,00
Mediana	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
Desvio Padrão	1,92	2,04	1,87	2,30	2,03

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Observa-se que as médias das notas atribuídas pelos respondentes que receberam o conjunto completo de informações (demonstrações contábeis, notas explicativas e parecer dos auditores independentes), denominado conjunto 1, foram superiores as médias das notas atribuídas pelos respondentes que receberam o conjunto parcial de informações (demonstrações contábeis e notas explicativas), denominado conjunto 2. A diferença observada parece indicar que os respondentes que receberam o conjunto 1 de informações atribuíram maior risco para a empresa analisada.

No entanto, os testes t de *Student* realizados entre as médias das notas atribuídas pelos respondentes que receberam o conjunto 1 de informações e os que receberam o conjunto 2 não apresentaram significância estatística, conforme observado, a seguir, na tabela 3. Dessa forma, a hipótese nula não pode ser refutada, sugerindo que as notas atribuídas pelos respondentes para o risco da empresa não se alteraram em função da presença de um parecer com ressalva.

**Tabela 3:** Resultado dos testes de Levene e t de *Student* para o Risco

Testes realizados		JFC x JFS	CSC x CSS
<b>Levene</b>	F	0,911	2,269
	Sig.	0,342	0,135
<b>t de Student</b>	T	0,499	0,557
	Graus de liberdade	99	104
	Sig. (bicaudal)	0,619	0,579
	Diferença entre as Médias	0,19686	0,22642

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados encontrados a partir da aplicação dos testes t de *Student* contrapõem os achados de Martínez e Martínez (2008). Os autores encontraram que a presença de um parecer com ressalvas piora a avaliação dos respondentes quanto ao nível de risco comercial da empresa analisada.

De fato, presumia-se que a presença do parecer com ressalvas influenciaria negativamente a percepção dos respondentes quanto ao risco da empresa, principalmente no caso da Construtora Sultepa, visto que, no parecer, o auditor levanta dúvidas quanto a continuidade da empresa.

Os resultados encontrados podem ser decorrentes da incompreensão dos respondentes quanto ao conteúdo informacional do parecer dos auditores independentes, impedindo uma análise mais acurada dos possíveis impactos na avaliação da empresa.

A outra hipótese para os resultados encontrados é levantada por Almeida (2008) ao enunciar que a divulgação concomitante dos fatos mencionados no parecer em notas explicativas às demonstrações contábeis, como é habitual, pode fazer com que o parecer não transmita informações adicionais ao leitor, não influenciando decisivamente, portanto, as percepções de risco e a tomada de decisões dos usuários.

Com relação a empresa João Fortes Engenharia, exceto pela ressalva referente a ausência de apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), as demais ressalvas constam nas notas explicativas às demonstrações contábeis. É importante mencionar que segundo Almeida (2008, p. 9), os achados de pesquisa realizada com analistas de investimento sugerem que “[...] não será toda e qualquer ressalva no parecer que afetará o processo de avaliação/análise de uma empresa.”. Nesse sentido, a menção quanto a ausência de apresentação da DOAR pode não representar necessariamente uma ressalva que interfira na percepção quanto ao risco da empresa, estando a demonstração disponível no sítio da BOVESPA. Tal fato justificaria a ausência de influência do parecer recebido pela empresa João Fortes Engenharia na percepção dos respondentes quanto ao risco da empresa.

No caso da Construtora Sultepa, a única menção do parecer que não consta nas notas explicativas refere-se ao fato das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 das controladas Metrovias S.A., Sulvias S.A. e Convias S.A. terem sido examinadas por outros auditores independentes, tendo recebido parecer com ênfase sobre a necessidade de geração futura de lucros tributáveis para a realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social. Entretanto, apesar das notas explicativas fazerem menção aos problemas de capital de giro enfrentados pela empresa, quando apresentam os planos da administração para solucionar o problema, a linguagem utilizada é mais positiva do que a linguagem utilizada no parecer dos auditores independentes. Dessa forma, mesmo tendo sido mencionada em nota explicativa, era de se esperar que tal ressalva impactasse negativamente na percepção do respondente quanto ao risco da empresa analisada.

### 4.3 Investimento em ações (Questão 2 - Você indicaria a compra de ações dessa empresa?)

Por meio da questão 2 procurou-se analisar se a disposição do respondente em indicar a compra de ações da empresa por ele analisada alterar-se-ia pela presença de um parecer dos auditores independentes com ressalvas. Na tabela 4 são apresentadas as frequências observadas para cada uma das subamostras do estudo.

**Tabela 4:** Análise descritiva das respostas à questão 2

<b>Questão 2 – Compra de Ações</b>	<b>JFC</b>	<b>JFS</b>	<b>CSC</b>	<b>CSS</b>	<b>Total</b>
n	50	51	53	53	207
Freq. Sim (%)	32,00	39,22	22,64	33,96	31,88
Freq. Não (%)	68,00	60,78	77,36	66,04	68,12

**Fonte:** Dados da Pesquisa

As frequências dos alunos que responderam de forma afirmativa para a indicação de compra de ações sugerem que aqueles que receberam o conjunto 2 de informações apresentaram uma maior disposição em indicar a compra das ações da empresa em relação àqueles que receberam o conjunto 1.

Ressalta-se, porém, que os resultados obtidos a partir da aplicação dos testes Qui-Quadrado entre as frequências das respostas dos alunos que receberam as informações completas (conjunto 1) e aquelas dos alunos cujas informações não contemplavam o parecer dos auditores independentes (conjunto 2), conforme a tabela 5 a seguir, não possibilitam a refutação da hipótese nula, podendo as diferenças observadas serem mero acaso.

**Tabela 5:** Resultado dos testes Qui-Quadrado para o Investimento em Ações

	<b>JFC x JFS</b>	<b>CSC x CSS</b>
Pearson $\chi^2$	0,573	1,674
Graus de liberdade	1	1
Sig. (bicaudal)	0,449	0,196

**Fonte:** Dados da Pesquisa



Dessa forma, a presença de um parecer dos auditores independentes com ressalva não parece ter afetado a disposição dos respondentes em indicar a compra de ações para as empresas analisadas.

#### 4.4 Concessão de crédito (Questão 3 - Considerando que você trabalhe em um banco, você concederia crédito para essa empresa?)

Com a questão 3 buscou-se verificar a influência que a presença do parecer dos auditores independentes com ressalva provocaria na disposição dos respondentes em conceder crédito para a empresa analisada. Na tabela 6 são apresentadas as frequências observadas para cada uma das subamostras do estudo.

**Tabela 6:** Análise descritiva das respostas à questão 3

<b>Questão 3 – Concessão de Empréstimo</b>	<b>JFC</b>	<b>JFS</b>	<b>CSC</b>	<b>CSS</b>	<b>Total</b>
n	49	51	53	52	205
Freq. Sim (%)	44,90	56,86	47,17	38,46	46,83
Freq. Não (%)	55,10	43,14	52,83	61,54	53,17

**Fonte:** Dados da Pesquisa

A frequência dos respondentes dispostos a conceder crédito para a empresa João Fortes Engenharia foi maior entre aqueles alunos que receberam o conjunto 2 de informações. Em contrapartida, comportamento inverso foi observado entre os respondentes que receberam as informações da empresa Construtora Sultepa.

Apesar de essa diferença sugerir que o parecer dos auditores independentes influenciou de forma inversa os participantes que receberam as informações das empresas João Fortes Engenharia e Construtora Sultepa, mais uma vez os resultados obtidos a partir da aplicação dos testes Qui-Quadrado entre as frequências das respostas dos alunos que receberam o conjunto 1 de informações e

as dos que receberam o conjunto 2 não possibilitam a refutação da hipótese nula para ambas as empresas, conforme tabela 7 a seguir.

**Tabela 7:** Resultado dos testes Qui-Quadrado para a Concessão de Crédito

	<b>JFC x JFS</b>	<b>CSC x CSS</b>
Pearson $\chi^2$	1,432	0,813
Graus de liberdade	1	1
Sig. (bicaudal)	0,232	0,367

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Os resultados encontrados por Martínez e Martínez (2008) contrapõem, em parte, os achados desta pesquisa, visto que para a amostra participante daquele estudo a presença de um parecer com ressalvas, frente a um parecer favorável, reduziu a disposição dos mesmos em iniciar relações comerciais com a empresa analisada, aumentando, ainda, a disposição em exigir garantias adicionais exceto no caso de parecer com ressalva sobre incertezas fiscais.

A principal ressalva contida no parecer da empresa João Fortes Engenharia diz respeito a incerteza quanto ao registro de crédito tributário ou provisão a pagar decorrente da adoção do regime de competência para contabilização das operações imobiliárias, o que poderia de certa forma ser considerada uma ressalva quanto a incerteza fiscal, corroborando com os achados de Martínez e Martínez (2008). Entretanto, os referidos autores não encontraram razões que justificassem a não influência da ressalva sobre incerteza fiscal frente a outras ressalvas também utilizadas no estudo com impactos menos significativos, levantando hipótese já mencionada no presente estudo de incompreensão do conteúdo informacional do parecer pelos usuários da informação contábil.

#### 4.5 Desempenho (Questão 4 – Que nota você atribui para o desempenho da empresa analisada?)

Por meio da questão 4 averiguou-se se a presença de um parecer dos auditores independentes com ressalva alteraria a avaliação de desempenho realizada pelos respondentes, haja vista as notas atribuídas para o desempenho da empresa. Nesse sentido, na tabela 8 se oferecem as estatísticas das respostas obtidas para cada uma das subamostras do estudo.

**Tabela 8:** Análise descritiva das respostas à questão 4

<b>Questão 4 – Desempenho</b>	<b>JFC</b>	<b>JFS</b>	<b>CSC</b>	<b>CSS</b>	<b>Total</b>
n	50	51	53	53	207
Média	5,30	5,45	5,21	4,72	5,16
Moda	5,00	4,00	6,00	5,00	6,00
Mediana	5,00	5,00	6,00	5,00	5,00
Desvio Padrão	1,56	1,71	1,50	2,07	1,74

**Fonte:** Dados da Pesquisa

A diferença entre as médias das notas atribuídas pelos respondentes parece indicar que para a empresa João Fortes Engenharia a presença do parecer com ressalva ocasionou uma piora na percepção do respondente quanto ao desempenho da empresa, haja vista a média de notas ter sido menor para os que receberam as informações completas (conjunto 1) em relação àqueles cujas informações recebidas não contemplavam o parecer dos auditores independentes (conjunto 2).

Comportamento inverso foi observado entre os respondentes que receberam as informações da Construtora Sultepa, visto que a média das notas atribuídas por aqueles que receberam o conjunto 1 de informações foi maior em relação a daqueles cujo parecer dos auditores independentes foi omitido das informações entregues.

**Tabela 9:** Resultado dos testes de Levene e t de *Student* para o Desempenho

Testes realizados		JFC x JFS	CSC x CSS
Levene	F	1,280	6,465
	Sig.	0,261	0,012
t de <i>Student</i>	T	-0,464	1,398
	Graus de liberdade	99	104
	Sig. (bicaudal)	0,644	0,165
	Diferença entre as Médias	-0,15098	0,49057

Fonte: Dados da Pesquisa

Contudo, os testes t de *Student* realizados entre as médias das notas atribuídas pelos respondentes que receberam o conjunto 1 de informações e as atribuídas pelos respondentes que receberam o conjunto 2 não apresentaram significância estatística, denotando que a percepção dos respondentes quanto ao desempenho das empresas analisadas não foi influenciada pela ressalva presente no parecer dos auditores independentes, conforme tabela 9.

#### 4.6 Confiabilidade das informações (Questão 5 - Qual a nota que você dá para a confiabilidade das informações contábeis divulgadas pela empresa analisada?)

Com a questão 5 buscou-se avaliar, quanto à confiabilidade das informações contábeis divulgadas pela empresa, a influência do parecer com ressalvas para o respondente. Na tabela 10 são apresentadas as estatísticas das respostas obtidas para cada uma das subamostras do estudo.

**Tabela 10:** Análise descritiva das respostas à questão 5

Questão 5 – Confiabilidade das Informações	JFC	JFS	CSC	CSS	Total
n	49	50	49	53	201
Média	5,80	6,04	5,96	5,08	5,71
Moda	3,00	5,00	7,00	5,00	5,00
Mediana	6,00	6,00	6,00	5,00	6,00
Desvio Padrão	2,11	2,15	2,13	2,27	2,19

Fonte: Dados da Pesquisa

A partir da tabela 10 é possível verificar que para os respondentes que receberam as informações da empresa João Fortes Engenharia a confiabilidade foi, em média, maior entre aqueles cujas informações recebidas não contemplavam o parecer dos auditores independentes. Em contrapartida, para os respondentes que receberam as informações da Construtora Sultepa, a confiabilidade foi, em média, maior entre aqueles que receberam as informações completas.

De fato, conforme tabela 11 a seguir, o resultado do teste t de *Student* efetuado entre as médias das notas atribuídas pelos respondentes que receberam as informações da Construtora Sultepa indica que as médias são estatisticamente diferentes.

**Tabela 11:** Resultado dos testes de Levene e t de *Student* para a Confiabilidade

Testes realizados		JFC x JFS	CSC x CSS
<b>Levene</b>	F	0,148	0,008
	Sig.	0,701	0,929
<b>t de Student</b>	T	-0,570	2,023
	Graus de liberdade	97	100
	Sig. (bicaudal)	0,570	0,046
	Diferença entre as Médias	-0,24408	0,88371

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Os resultados revelam, pois, que a confiabilidade dos dados foi afetada pela presença de um parecer dos auditores independentes com ressalva. Ressalta-se, no entanto, que para a empresa João Fortes Engenharia o resultado do teste t de *Student* não permitiu refutar a hipótese nula de que as médias são estatisticamente iguais.

Os resultados encontrados para a empresa João Fortes Engenharia vão de encontro ao papel da auditoria independente, que por meio do parecer emitido, expressa opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis às práticas contábeis adotadas no Brasil, oferecendo uma maior confiabilidade as informações divulgadas.

Esperava-se que a avaliação quanto à confiabilidade das informações divulgadas pela empresa fosse afetada positivamente pela presença do parecer, mesmo em se tratando de um parecer com ressalvas.

Pode-se argumentar que a confiabilidade do usuário deveria ser reduzida pela presença de um parecer com ressalvas, isto, se comparada à presença de um parecer dos auditores independentes sem ressalvas. No entanto, parte-se do pressuposto de que a ausência de um parecer diminui a confiabilidade e que a presença de um parecer – ainda que com ressalva - deveria aumentar a confiabilidade depositada pelo usuário nas informações divulgadas.

Destaca-se que o fato de constar nas notas explicativas que se tratava de uma empresa listada na Bovespa, sendo mandatório submeter-se ao exame por auditores independentes registrados na CVM, pode ter influenciado a avaliação dos respondentes, fazendo com que aqueles que receberam as demonstrações sem o parecer dos auditores independentes avaliassem a confiabilidade como se a empresa tivesse recebido parecer limpo, ou seja, sem ressalvas. Tal hipótese explicaria ainda a diferença, mesmo que não significativa estatisticamente, entre as médias das notas atribuídas pelos alunos que receberam as informações sem o parecer dos auditores independentes e pelos que receberam as informações completas.

#### **4.7 Suficiência das informações (Questão 6 - Você considera que a quantidade de informações disponibilizadas é suficiente para responder as perguntas acima?)**

Na questão 6 procurou-se verificar se os respondentes que receberam as informações sem o parecer dos auditores independentes o identificariam como relevante para responder as questões anteriores. Nesse sentido, questionou-se a

respeito da suficiência das informações disponibilizadas. Na tabela 12 são apresentadas, pois, as frequências observadas para cada uma das subamostras do estudo.

**Tabela 12:** Análise descritiva das respostas à questão 6

<b>Questão 6 – Suficiência das Informações</b>	<b>JFC</b>	<b>JFS</b>	<b>CSC</b>	<b>CSS</b>	<b>Total</b>
n	48	50	49	53	200
Freq. Sim (%)	91,67	90,00	73,47	81,13	84,00
Freq. Não (%)	8,33	10,00	26,53	18,87	16,00

**Fonte:** Dados da Pesquisa

A partir das frequências obtidas é possível observar que mesmo sem a presença do parecer dos auditores independentes, 81,13% dos respondentes que receberam as informações incompletas da Construtora Sultepa considerou as informações disponibilizadas suficientes para responder as demais perguntas do questionário, chegando esse percentual a 90,00% para os respondentes que receberam as informações da empresa João Fortes Engenharia.

Se comparados os resultados obtidos para os respondentes que receberam o conjunto 1 de informações com os que receberam o conjunto 2, verifica-se que a diferença entre o percentual dos respondentes que consideraram as informações disponibilizadas suficientes não ultrapassa 8 pontos percentuais, sendo, no caso da Construtora Sultepa, estranhamente maior entre os respondentes cujas informações recebidas não continham o parecer dos auditores independentes.

Ainda, os resultados obtidos a partir da aplicação dos testes Qui-Quadrado (Tabela 13) não permitiram a refutação da hipótese nula, ou seja, a ausência do parecer não afetou a frequência dos respondentes que consideraram as informações disponibilizadas suficientes para responder as perguntas do questionário.

**Tabela 13:** Resultado dos testes Qui-Quadrado para a Suficiência das Informações

	JFC x JFS	CSC x CSS
Pearson $\chi^2$	0,082	0,856
Graus de liberdade	1	1
Sig. (bicaudal)	0,775	0,355

Fonte: Dados da Pesquisa

A questão ainda solicitava ao respondente justificar a resposta dada. Inicialmente planejava-se obter justificativa somente para os casos em que as informações disponibilizadas fossem consideradas insuficientes. Contudo, parte dos alunos que respondeu de forma afirmativa também justificou sua resposta.

Dessa forma, em complemento ao exame da questão, foi realizada a análise de conteúdo a partir das justificativas dadas pelos respondentes que consideraram as informações insuficientes para responder as perguntas anteriores. Na tabela 14 é apresentada a segregação das respostas por categoria. Ressalta-se que a justificativa fornecida por um dos respondentes da subamostra CSS foi contabilizada em mais de uma categoria (Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes).

**Tabela 14:** Segregação das respostas à questão aberta por categoria de análise

Categoria	Quantidade de Respostas				Total
	JFC	JFS	CSC	CSS	
Demonstrações Contábeis	1	1	4	2	8
Notas Explicativas	-	-	1	1	2
Parecer dos Auditores Independentes	-	-	-	1	1
Informações não Especificadas	2	-	5	6	13
Não Justificado	1	4	3	2	10
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>34</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base na tabela 14 verifica-se que somente um entre os respondentes que receberam as informações incompletas e as considerou insuficientes mencionou a ausência do parecer dos auditores independentes.

Destaca-se que um dentre os respondentes que receberam as informações da Construtora Sultepa sem o parecer dos auditores independentes e as considerou



insuficientes justificou: “com exceção da questão 5 as demais poderiam ser analisadas”. Percebe-se, pois, que, para este respondente, as informações disponibilizadas não eram suficientes para analisar a confiabilidade das informações. Infere-se, dessa forma, que a resposta dada, classificada na categoria “Não Justificado”, pode ser um indício de que a omissão do parecer não permitiu uma análise acurada a respeito da confiabilidade das informações.

Essa percepção foi corroborada pelos resultados encontrados para os respondentes que receberam as informações da Construtora Sultepa, haja vista que para esse grupo o parecer influenciou a análise quanto à confiabilidade das informações (ver item 4.6, anterior).

Com relação as justificativas dadas pelos alunos que responderam de forma afirmativa a pergunta sobre a suficiência das informações disponibilizadas, não incluídas na análise de conteúdo, percebe-se que dentre 26 respondentes que receberam o conjunto 1 de informações e apresentaram justificativa para a resposta dada, 23,08% (6 respondentes) incluíram na justificativa menção a presença do parecer dos auditores independentes.

Chama atenção, ainda, o fato de 3 respondentes que receberam o conjunto 2 de informações mencionarem na justificativa a omissão do parecer dos auditores independentes e ainda assim terem considerado as informações disponibilizadas suficientes para responder as questões anteriores, sendo mencionado por um deles “[...] Ao analisar o caso da empresa, ela não traz nenhuma segurança aos investidores, está em alto risco, pois nem uma auditoria foi feita.”.

#### 4.8 Análise geral dos resultados da pesquisa

De maneira geral percebe-se, conforme o quadro 8, que, ao contrário do que era esperado, a presença de um parecer dos auditores independentes com ressalvas não influenciou a percepção dos respondentes quanto ao risco e ao desempenho da empresa, bem como a disposição em conceder crédito e indicar a compra de ações da empresa analisada.

Questão	Descrição	João Fortes Engenharia	Contrutora Sultepa
1	Risco	Não Influenciou	Não Influenciou
2	Investimento em Ações	Não Influenciou	Não Influenciou
3	Concessão de Crédito	Não Influenciou	Não Influenciou
4	Desempenho	Não Influenciou	Não Influenciou
5	Confiabilidade das Informações	Não Influenciou	Influenciou Positivamente
6	Suficiência das Informações	Não Influenciou	Não Influenciou

**Quadro 8:** Resumo da influência do parecer com ressalvas na percepção dos respondentes

**Fonte:** Dados da Pesquisa

A ausência de influência do parecer com ressalvas na percepção dos respondentes vai de encontro aos achados de Almeida (2008) que sugerem uma maior relevância do parecer qualificado (com ressalva, com abstenção de opinião e adverso) para os analistas de investimento.

Uma das hipóteses levantadas, conforme já mencionado no item 4.2 anterior, é a de que essa falta de influência do parecer com ressalvas na percepção dos respondentes pode ser fruto da incompreensão do usuário quanto ao conteúdo do parecer, impedindo a análise do impacto das ressalvas na avaliação da empresa. Nesse sentido, Dias Filho (2000, p. 43) afirma ser provável que muitas das expressões utilizadas no corpo do parecer não sejam compreensíveis para o usuário, visto se tratarem “[...] de termos especializados que certamente não integram os referenciais lingüísticos do usuário médio da informação contábil.”.

Corroborando com essa idéia, Pound (1981 *apud* DIAS FILHO, 2000, p. 43) verificou que “[...] o nível de escolaridade requerido para uma razoável compreensão dos pareceres de auditoria, em diversos ambientes, não poderia ser inferior ao universitário”.

A dificuldade de compreensão do conteúdo do parecer pode ainda estar associada a um baixo grau de legibilidade. Silva e Fernandes (2009) apontam que a legibilidade difere da compreensibilidade vez que aquela está associada à facilidade de leitura de um texto e a segunda relacionada com o entendimento da mensagem que se quer transmitir. Apesar de não fazer parte dos objetivos do trabalho, com o intuito de verificar o grau de legibilidade dos pareceres utilizados nesta pesquisa, foi aplicado o método Flesch aos pareceres utilizados no conjunto de informações da pesquisa.

O método Flesch se baseia no número médio de sílabas por palavra (ASW) e no número médio de palavras por frase (ASL), utilizando uma escala de 0 (Muito Difícil) a 100 (Muito Fácil) para determinar o grau de legibilidade de um texto. O escore Flesch é dado pela fórmula (1) a seguir, tendo sido calculado com o auxílio do software Word 2007.

$$\text{Escore Flesch} = 206.835 - (1.015 \times \text{ASL}) - (84.6 \times \text{ASW}) \quad (1)$$

Na tabela 15 a seguir são apresentados os resultados relativos à legibilidade dos pareceres das empresas João Fortes Engenharia e Construtora Sultepa.

**Tabela 15:** Grau de legibilidade dos pareceres das empresas João Fortes Engenharia e Construtora Sultepa

<b>Descrição</b>	<b>João Fortes Engenharia</b>	<b>Construtora Sultepa</b>
Média de Sentenças por Parágrafos	2,20	2,10
Média de Palavras por Sentença	56,10	55,40
Média de Caracteres por Palavra	5,80	5,60
Escore Flesh	0	2
Grau de Legibilidade	Muito Difícil	Muito Difícil

**Fonte:** Dados da Pesquisa

O Escore Flesh obtido a partir da aplicação da fórmula (1) para ambos os pareceres indicam um baixo grau de legibilidade. A partir da relação entre o escore Flesh e o nível de instrução necessário para leitura dos textos apresentado por Martins et al. (1996) verifica-se que a dificuldade de leitura dos pareceres está associada a textos acadêmicos.

O baixo grau de legibilidade dos pareceres pode estar associado a sua padronização pelas normas brasileiras embora Oliveira (2009) mencione que o parecer dos auditores independentes não é “engessado”, sendo permitido a inclusão de parágrafos adicionais. No entanto, pode-se questionar o quanto haveria de liberdade de estilo na forma como o parecer é escrito, ou seja, se haveria espaço para formas diversificadas de fornecer a informação em um parecer que contém uma formatação padrão.

Outra hipótese levantada, conforme mencionado no item 4.2 anterior, é a de que a divulgação concomitante dos fatos mencionados no parecer em notas explicativas às demonstrações contábeis pode diminuir o conteúdo informativo das ressalvas constantes no parecer, fazendo com que este não influencie de forma decisiva as percepções de risco e a tomada de decisões.

Os resultados obtidos por Almeida (2008) sugerem, ainda, que a credibilidade do parecer está associada à credibilidade do auditor ou firma de auditoria responsável por sua emissão.

Dessa forma, esperava-se que o parecer dos auditores independentes emitido pela empresa PriceWaterhouseCoopers, uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, também conhecidas como *big four* (Deloitte Touche Tohmatsu, Ernest & Young, PriceWaterhouseCoopers, e KPMG), exercesse maior influência na percepção dos respondentes. Entretanto, resguardadas as divergências quanto ao conteúdo informacional dos pareceres, nenhum deles parece ter influenciado de forma significativa a percepção dos respondentes quanto ao risco e ao desempenho, assim como a disposição deles em conceder crédito e indicar a compra de ações da empresa analisada. Ao contrário, a única influência significativa observada no presente estudo diz respeito a confiabilidade dos dados da empresa Construtora Sultepa, cujo parecer foi emitido pela empresa Rokembach & Cia. Auditores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo verificar se o parecer dos auditores independentes com ressalvas interfere em decisões de investimento e financiamento envolvendo possíveis usuários das informações contábeis.

Para atingir o referido objetivo utilizou-se um questionário auto-administrado. Esse instrumento de coleta de dados se mostrou adequado, vez que permitiu o controle de elementos essenciais para a pesquisa, como evitar que os respondentes tivessem acesso a outras informações que não as disponibilizadas.

Em termos gerais verificou-se que a presença do parecer com ressalva não interferiu na percepção dos respondentes quanto ao risco e ao desempenho da empresa analisada, tanto entre os respondentes que receberam as demonstrações da empresa João Fortes Engenharia quanto entre os que receberam as da Construtora Sultepa.

Com relação a percepção quanto à confiabilidade das informações contábeis divulgadas pela empresa, verificou-se que a confiança depositada pelos respondentes que receberam as demonstrações completas da Construtora Sultepa foi, em média, superior a depositada pelos que receberam as Demonstrações sem o parecer. Os resultados indicam, pois, que a presença do parecer, mesmo que com ressalva, tem uma influência positiva na confiança depositada nas demonstrações.

Ressalta-se, no entanto, que não se verificou diferença na percepção dos respondentes que receberam as demonstrações da empresa João Fortes Engenharia com e sem o parecer dos auditores independentes no que se refere a confiabilidade depositada nas informações divulgadas pela empresa. Contudo, os

resultados podem ter sido influenciados pela menção nas notas explicativas da empresa de que se tratava de uma empresa listada na Bovespa.

Verificou-se, ainda, que a disposição dos respondentes em conceder crédito e indicar a compra de ações da empresa analisada não foi afetada pela presença do parecer com ressalvas. Os resultados encontrados revelam, pois, que o comportamento dos respondentes não foi alterado em função da presença do parecer com ressalvas.

Nesse sentido, verificou-se ainda que exceto por poucos respondentes, a maior parte sequer citou o parecer dos auditores independentes como peça necessária para as decisões de investimento e financiamento. Parte dos respondentes mencionou inclusive a falta do parecer dos auditores independentes sem, no entanto, considerar as informações disponibilizadas insuficientes para responder aos questionamentos feitos.

Os resultados encontrados apontam indícios de que o parecer dos auditores independentes não é relevante para a tomada de decisão no que se refere a decisões de investimento e financiamento. Conquanto sejam necessários estudos adicionais que permitam a generalização dos resultados aqui apresentados. Dessa forma, sugere-se a aplicação/replicação da pesquisa em outras localidades e instituições de ensino e com profissionais que atuam no mercado, estendendo a amostra do estudo.

A resposta encontrada para o problema enunciado é: para os respondentes que participaram da presente pesquisa a presença do parecer não exerceu influência nas decisões de investimento e financiamento.

Dentre as hipóteses levantadas na tentativa de explicar os resultados encontrados têm-se a possível incompreensão do usuário quanto ao conteúdo do

parecer, não permitindo a análise do impacto das ressalvas na avaliação da empresa. Sugere-se, pois, estudo que vise analisar a compreensibilidade do parecer por parte dos diversos usuários das demonstrações contábeis.

A outra hipótese levantada está relacionada ao grau de legibilidade dos pareceres. Dessa forma, aplicou-se o método Flesh aos pareceres das empresas objeto desta pesquisa. Os resultados obtidos indicam um baixo grau de legibilidade, estando a dificuldade de leitura dos referidos pareceres associada a textos acadêmicos.

Ressalta-se que o método Flesh foi aplicado apenas nos pareceres das empresas analisadas. Sugere-se, então, estender a aplicação desse método aos demais pareceres divulgados pelas empresas brasileiras, verificando, ainda, se o grau de legibilidade é influenciado pela padronização do parecer pela legislação brasileira.

Os resultados obtidos podem ter sido decorrentes, ainda, da divulgação concomitante dos fatos mencionados no parecer em notas explicativas às demonstrações contábeis, reduzindo o conteúdo informativo das ressalvas constantes no parecer e, conseqüentemente, a sua capacidade de influenciar de forma decisiva as percepções dos respondentes.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas com tipos diferentes de parecer qualificado (adverso e com abstenção de opinião), utilizando demonstrações simuladas, de forma a isolar o possível efeito da divulgação concomitante das ressalvas presentes no parecer em notas explicativas, além da realização de pesquisas utilizando modelos de parecer diferentes daqueles definidos pelo CFC, no intuito de verificar o que melhor se adapta as necessidades dos usuários das informações contábeis.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. K. N. de.. Parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis: uma análise crítica da sua compreensão e utilidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. 18º, 2008. **Anais...** Gramado, 24 a 28 ago. 2008. Disponível em: [http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos\\_1/155.pdf](http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/155.pdf). Acesso em: 09 jun. 2009.

ALMEIDA, K. K. N. de; VASCONCELOS, M. T. de C.. Conteúdo informativo do parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS. II, 2008. **Anais...** Salvador, 15 a 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.furb.br/congressocont/ files/CUE%20159.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2009.

ALMEIDA, M. C.. Auditoria: um curso moderno e completo. 6ª ed..São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, W.. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 2ª ed.. São Paulo: Atlas, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Circular nº 178**, de 11 de maio de 1972. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=072000021&method=detalharNormativo>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Circular nº 179**, de 11 de maio de 1972. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=072000022&method=detalharNormativo>.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N; KELL, W. G.. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm). Acesso em: 05 ago. 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965**. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm). Acesso em: 05 ago. 2009.

BRAUNBECK, G. O.. De emendas e sonetos: o mercado quer o rodízio de auditores? CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 8º.

**Anais...** São Paulo, 24 e 25 jul. 2008. Disponível em:  
<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos82008/170.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2009.

CARDOZO, J. S.. Relatórios e pareceres de auditoria. São Paulo: Atlas, 1987. CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº. 321/97**. Aprova as Normas e os Procedimentos de Auditoria. 14 abr. 1972.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº. 820/97**. Aprova a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis com alterações e dá outras providências. 17 dez. 1997. Disponível em:  
[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1997/000820](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1997/000820). Acesso em: 29 jun. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº. 830/98**. Aprova a NBC T 11 – IT 5 – Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. 16 dez. 1998. Disponível em:  
[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1998/000830](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1998/000830). Acesso em: 29 jun. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº. 953/03**. Dispõe sobre a Alteração no Modelo de Parecer referido no Item 11.3.2.3 da NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. 24 jan. 2003. Disponível em:  
[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2003/000953](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000953). Acesso em: 29 jun. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº. 1.034/05**. Aprova a NBC P 1.2 – Independência. 26 ago. 2005. Disponível em:  
[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001034](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001034). Acesso em: 05 ago. 2009.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução nº. 220**, de 10 de maio de 1972. Disponível em:  
<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=072000019&method=detalharNormativo>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento conceitual básico**: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2008. Disponível em:  
[http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento\\_conceitual.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf). Acesso em: 02 jul. 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999**. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM n<sup>os</sup>. 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M.. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis.

**Brazilian Business Review**. v.1. n.2. jul./dez., 2004. Disponível em:  
[http://www.bbronline.com.br/upld/trabalhos/pdf/11\\_pt.pdf](http://www.bbronline.com.br/upld/trabalhos/pdf/11_pt.pdf). Acesso em: 02 jul. 2009.

DIAS FILHO, J. M.. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Caderno de Estudos**. v.13. n.24. jul./dez., 2000. Disponível em:  
[http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad24/Revista\\_24\\_Art\\_3.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad24/Revista_24_Art_3.pdf). Acesso em: 09 jun. 2009.

DIAS FILHO, J. M.; NAKAGAWA, M.. Análise do Processo da Comunicação Contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. **Revista Contabilidade & Finanças**. v.15. n.26. mai./ago., 2001. Disponível em:  
[http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad26/Revista\\_26\\_parte3.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad26/Revista_26_parte3.pdf). Acesso em: 19 jun. 2009.

DUTRA, M. H.; ALBERTON, L.; BORNIA, A. C.. Sobre o “Parecer da Auditoria Independente” emitido no Brasil: uma reflexão. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n.176. mar./abr., 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIECAFI). **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 7ª ed.. São Paulo: Atlas, 2008.

GLADWELL, M.. **Blink**: a decisão num piscar de olhos. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GRESSLER, L. A.. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F.. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

KOLIVER, O.. A alteração do modelo do parecer de auditoria pela Resolução CFC nº. 953-03. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*. n.113. jul., 2003.

LENNOX, C. S.. *The accuracy and incremental information content of audit reports in predicting bankruptcy*. **Journal of Business Finance & Accounting**. v.26. n.5/6. jun./jul., 1999.

MARTÍNEZ, M. C. P.; MARTÍNEZ, A. V.. *¿Reaccionan los analistas de riesgos comerciales de las empresas españolas ante los informes de auditoría calificados?: un estudio empírico*. **Revista de contabilidad**. V.11. n.2. 2008. Disponível em:  
<http://www.rc-sar.es/verPdf.php?articleId=179>. Acesso em: 30 jun. 2009.

MARTINS, E.. Análise Crítica de Balanços – Parte I. **Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços**. Boletim nº. 26. ano XXXIX. 5ª semana. jun., 2005.

MARTINS, T. B. F. et al. *Readability formulas applied to textbooks in brazilian portuguese*. **Notas do ICMC-USP**, Série Computação. 1996.

NIYAMA, J. K.. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, P. L. de. Parecer do auditor independente: uma abordagem qualitativa. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n.176. mar./abr.,2009.

PACHECO, M. S.; OLIVEIRA, D. R. de; GAMBA, F. Ia. A história da auditoria e suas novas tendências: um enfoque sobre governança corporativa. SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP. X, 2007. **Anais...** São Paulo, 9 e 10 ago. 2007.

Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/204.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2009.

RICARDINO, A. A.; CARVALHO, L. N.. Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**. n.35.

mai./ago., 2004. Disponível em:

[http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed\\_35\\_parte2\\_pg22a34.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed_35_parte2_pg22a34.pdf).

Acesso em: 31 jul. 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B.. **Metodologia de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, A. dos; GRATERON, I. R. G.. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**. n.32. mai./ago., 2003. Disponível em: [http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad32/art1\\_rev32.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad32/art1_rev32.pdf). Acesso em: 09 jun. 2009.

SANTOS, E. C. dos; PEREIRA, A. C.. O parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis: uma abordagem sobre o parecer-padrão, atualmente em vigor no Brasil. **Revista Administração On Line**. v.5. n.3. jul./ago./set., 2004.

Disponível em: [http://www.fecap.br/adm\\_online/art0503/art5033.pdf](http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5033.pdf). Acesso em: 13 mar. 2009.

SIEGEL, S.. **Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento**. Recife: McGraw-Hill, 1981.

SILVA, C. A. T.; FERNANDES, J. L. T.. Legibilidade dos Fatos Relevantes no Brasil. **RAC-Eletrônica**. v.3. n.1. jan./abr., 2009. Disponível em:

[http://www.anpad.org.br/periodicos/arq\\_pdf/a\\_818.pdf](http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_818.pdf). Acesso em: 15 jul. 2009.

SUARÉZ, J. de A.; GARCÍA, E. C.; MÉNDEZ, C. F.. *Efectos económicos de las calificaciones de auditoría. Factores determinantes de las reacciones del mercado ante las salvedades*. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**. v.XXXVI. n.133. ene./mar., 2007.

WALLIMAN, N.. **Your research project: a step-by-step guide for the first-time researcher**. 2ª ed. Oxford: The Alden Press, 2005.



4 Que nota você atribui para o desempenho da empresa analisada? (Assinale com um círculo)

---

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
Péssimo									Excelente

5 Qual a nota que você dá para a confiabilidade das informações contábeis divulgadas pela empresa analisada? (Assinale com um círculo)

---

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
Baixa Confiança									Alta Confiança

6 Você considera que a quantidade de informações disponibilizadas é suficiente para responder as perguntas acima?

( ) Sim ( ) Não. Justifique: \_\_\_\_\_

Muito obrigada!

**ANEXOS**

**ANEXO I – JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.**

- Demonstrações Contábeis Consolidadas
- Parecer dos Auditores Independentes



## João Fortes Engenharia S.A. e sociedades controladas

### Balancos Patrimoniais – Consolidado Em milhares de reais

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
<b>1</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>367.983</b>	<b>363.430</b>	<b>316.044</b>
1.01	Ativo Circulante	265.290	130.284	123.564
1.01.01	Disponibilidades	22.974	59.664	25.245
1.01.01.01	Caixa / Bancos Conta Movimento	4.790	19.816	5.528
1.01.01.02	Titulos com Liquidez Imediata	18.184	39.848	19.717
1.01.02	Créditos	56.617	19.203	37.720
1.01.02.01	Clientes	56.617	19.203	37.720
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	177.874	31.480	39.444
1.01.03.01	Imóveis a Comercializar	130.578	29.559	37.734
1.01.03.02	Diversos	47.296	1.921	1.710
1.01.04	Outros	7.825	19.937	21.155
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	3.269	5.559	14.734
1.01.04.02	Diversos	4.556	14.378	6.421
1.02	Ativo Não Circulante	102.693	233.146	192.480
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	84.112	155.091	133.422
1.02.01.01	Créditos Diversos	82.321	140.055	127.673
1.02.01.01.01	Clientes	78.190	98.162	85.525
1.02.01.01.02	Estoques	4.131	41.893	42.148
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	1.791	15.036	5.749
1.02.02	Ativo Permanente	18.581	78.055	59.058
1.02.02.01	Investimentos	18.151	668	46.230
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Colig./Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	176	0	0
1.02.02.01.06	Participações em Outras Empresas	17.975	638	357
1.02.02.01.07	Aplicações e incentivos Fiscais	0	30	25
1.02.02.01.08	Imóveis de Renda	0	0	45.848
1.02.02.02	Imobilizado	430	68.997	3.758
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	8.390	9.070
<b>2</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>367.983</b>	<b>363.430</b>	<b>316.044</b>
2.01	Passivo Circulante	231.005	61.310	41.912
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.745	37.663	18.990
2.01.01.01	Financiamentos em Moeda Nacional	30.745	27.400	0
2.01.01.02	Financiamento Origem Externa	0	10.263	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	2.825	3.479	1.712

## João Fortes Engenharia S.A. e sociedades controladas

### Balancos Patrimoniais – Consolidado Em milhares de reais

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	54.488	2.382	2.952
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	3.101	1.555
2.01.06	Provisões	0	1.753	1.489
2.01.06.01	Provisões de Férias	0	1.116	642
2.01.06.02	Provisão p/ Imposto de Renda	0	637	847
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	6.165	444
2.01.08	Outros	142.947	6.767	14.770
2.01.08.01	Obrigações p/ Compra de Imóveis	141.043	2.938	2.563
2.01.08.02	Credores p/ Imóveis Compromissados	0	3.297	11.485
2.01.08.03	Participações Empreg e Administradores	0	470	240
2.01.08.04	Diversos	1.904	62	482
2.02	Passivo Não Circulante	60.323	190.772	188.199
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	60.323	107.056	100.151
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	35.189	30.974	30.227
2.02.01.01.01	Financiamento Construção (SFH)	0	28.255	13.664
2.02.01.01.02	Financ Origem Externa	0	2.719	16.563
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	7.876	2.626	1.108
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	13	0	0
2.02.01.05	Adiant. para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	17.245	73.456	68.816
2.02.01.06.01	Obrigações Tributária	0	11.983	13.947
2.02.01.06.02	Obrig p/ Compra de Imóveis	17.245	52.782	46.750
2.02.01.06.03	Diversos	0	8.691	8.119
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	83.716	88.048
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	23.933	5.467
2.04	Patrimônio Líquido	76.655	87.415	80.466
2.04.01	Capital Social Realizado	171.482	67.910	63.359
2.04.02	Reservas de Capital	537	538	538
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	18.967	16.569
2.04.04.01	Legal	0	9.823	9.367
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	5.069	2.651
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distrib.	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	4.075	4.551
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(95.364)	0	0
2.04.06	Adiant. para Futuro Aumento Capital	0	0	0

**João Fortes Engenharia S.A. e  
sociedades controladas**

**Demonstrações do Resultado – Consolidado**

Em milhares de reais

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>01/01/2007 a 31/12/2007</b>	<b>01/01/2006 a 31/12/2006</b>	<b>01/01/2005 a 31/12/2005</b>
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	87.217	105.495	84.837
3.02	Deduções da Receita Bruta	(8.226)	(3.580)	(4.538)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	78.991	101.915	80.299
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(64.693)	(65.028)	(59.202)
3.05	Resultado Bruto	14.298	36.887	21.097
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(28.803)	(25.344)	(15.892)
3.06.01	Com Vendas	(2.851)	(6.964)	(3.460)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(25.419)	(18.536)	(12.846)
3.06.03	Financeiras	(1.761)	1.918	992
3.06.03.01	Receitas Financeiras	23.360	22.098	20.805
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(25.121)	(20.180)	(19.813)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.466	(1.762)	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	(578)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(238)	0	0
3.07	Resultado Operacional	(14.505)	11.543	5.205
3.08	Resultado Não Operacional	12.885	155	(20)
3.08.01	Receitas	12.885	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(1.620)	11.698	5.185
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	(1.771)	(525)
3.11	IR Diferido	392	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	(470)	(250)
3.12.01	Participações	0	(470)	(250)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	(344)	42
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(1.228)	9.113	4.452

**João Fortes Engenharia S.A. e  
sociedades controladas**

**Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos – Consolidado**

Em milhares de reais

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>01/01/2007 a 31/12/2007</b>	<b>01/01/2006 a 31/12/2006</b>	<b>01/01/2005 a 31/12/2005</b>
4.01	Origens	9	(452)	15.795
4.01.01	Das Operações	7	(16.753)	16.154
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	1	9.113	4.452
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	6	(25.866)	11.702
4.01.01.02.01	Depreciação	1	135	215
4.01.01.02.02	Reserva de Aplicação Incentivada	1	0	0
4.01.01.02.03	Variação Resultado de Exercício Futuro	1	(4.331)	(8.941)
4.01.01.02.04	Redução do Realizável Longo Prazo	1	(21.670)	20.428
4.01.01.02.05	Valor Residual Ativo Permanente	2	0	0
4.01.02	Dos Acionistas	1	(2.165)	(707)
4.01.02.01	Dividendos Propostos	1	(2.165)	(707)
4.01.03	De Terceiros	1	18.466	348
4.02	Aplicações	5	12.226	10.856
4.02.01	Aumento do Investimento	1	19.525	3.477
4.02.02	Aquisição Ativo Imobilizado	1	287	222
4.02.03	Aumento/Redução Exigível a Longo Prazo	2	(6.905)	6.984
4.02.04	Diferido	1	(681)	173
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	4	(12.678)	4.939
4.04	Variação do Ativo Circulante	0	6.720	(1.740)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	0	123.564	125.304
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	0	130.284	123.564
4.05	Variação do Passivo Circulante	2	19.398	(6.679)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	1	41.912	48.591
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	3	61.310	41.912

# João Fortes Engenharia S.A. e sociedades controladas

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### 1 Contexto operacional

A João Fortes Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 28 de setembro de 1957, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filiais em Brasília e São Paulo. A Companhia possui capital aberto desde 1973 e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA - sob a sigla JFEN3.

A Companhia tem como objeto social e atividades preponderantes, por intermédio de participação em outras sociedades ou em conjunto com outros parceiros, a incorporação e construção civil.

As sociedades controladas compartilham as estruturas e os decorrentes custos corporativos, gerenciais e operacionais, os quais são atribuídos a cada sociedade de acordo com a razoabilidade de sua identificação.

Em 31 de julho de 2007, por intermédio de oferta pública para aquisição de controle acionário, a empresa Sociedade Brasileira de Organização e Participações Ltda. (Sobrapar) adquiriu ações representativas de 40% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2007, a Sobrapar possuía 44% de participação no capital da Companhia.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de agosto de 2007, promoveu as seguintes principais alterações: (a) retirada do valor nominal das ações e seu grupamento, na relação de 20 ações existentes para cada uma nova ação, passando as ações a serem cotadas em valor unitário compatível ao de suas congêneres; (b) aumento do capital social em R\$ 99.405, mediante a emissão particular de novas ações; (c) reforma do seu Estatuto Social para permitir que a Companhia passe a adotar elevados níveis de governança corporativa.

No contexto da retomada de negócios, reorganização e redirecionamento estratégico da Companhia e suas controladas, as seguintes principais ações foram iniciadas:

- adequação do perfil do Conselho de Administração;
- recrutamento de novos diretores executivos;
- programa para redução do estoque de unidades em construção e concluídas;
- início de projetos imobiliários para lançamento ainda em 2008;
- identificação de novas áreas, substancialmente no Rio de Janeiro, para incorporações; e
- obtenção de recursos mediante aumento de capital com integralização assegurada pelos acionistas.

### 2 Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de julho de 2008.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de provisões para tributos, custos orçados e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006

No decorrer do exercício de 2007, a administração analisou as demonstrações financeiras de 2006 e identificou determinados assuntos que resultaram nos ajustes descritos a seguir, aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de julho de 2008. Para atender às Normas e Procedimentos Contábeis - NPC nº 12 - Práticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em 2007, aprovada pela Deliberação CVM nº 506, a Companhia registrou os ajustes abaixo e as demonstrações financeiras comparativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, ora reapresentadas, diferem daquelas anteriormente disponibilizadas aos seus acionistas e aprovadas na Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2007.

Os referidos ajustes afetaram o ativo, o passivo e o patrimônio líquido (passivo a descoberto) nos montantes de R\$ 7.690, R\$ 116.627 e R\$ (108.937) (consolidado: R\$ (72.147), R\$ 37.000 e R\$ (108.937)), respectivamente, e o lucro líquido passou de R\$ 9.113 para um prejuízo de R\$ 36.419.

Em 27 de março de 2007, outros auditores independentes emitiram parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras de 2006, antes dos ajustes acima mencionados e que não foram tratados em seu parecer.

Os referidos ajustes podem ser sumariados como segue:

	<u>Débito (crédito)</u>	
	<u>Em milhares de reais</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Reconstituição de rendas a apropriar, contabilizadas anteriormente como receita de vendas e ajuste líquido produzido pela adoção do regime de competência	7.434	28.825
Constituição de provisão para créditos de realização duvidosa	3.349	14.899
Reversão de lucro apurado em opção de venda de projetos agropecuários	5.800	
Complemento da provisão para tributos a pagar, principalmente PIS e COFINS	14.426	19.680
Provisão para garantia de obras entregues	2.186	
Custo complementar na venda de participação no Bangu Shopping Center	12.754	
Demais ajustes	(417)	
	<u>45.532</u>	<u>63.404</u>

Como consequência dos aspectos acima, as rubricas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 estão reapresentadas com os saldos ajustados nos balanços patrimoniais:

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>Apresentado anteriormente</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Ajustado</b>	<b>Apresentado anteriormente</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Ajustado</b>
<b>Ativo</b>						
Circulante	34.757	24.756	59.513	130.284	46.511	176.795
Realizável a longo prazo	73.466	11.935	85.401	155.091	(51.628)	103.463
Permanente	58.352	(29.001)	29.351	78.055	(67.030)	11.025
<b>Total do ativo</b>	<b>166.575</b>	<b>7.690</b>	<b>174.265</b>	<b>363.430</b>	<b>(72.147)</b>	<b>291.283</b>
<b>Passivo</b>						
Circulante	30.984	82.331	113.315	61.310	183.491	244.801
Exigível a longo prazo	48.176	34.296	82.472	214.705	(146.702)	68.004
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	87.415	(108.937)	(21.522)	87.415	(108.936)	(21.522)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>166.575</b>	<b>7.690</b>	<b>174.265</b>	<b>363.430</b>	<b>(72.147)</b>	<b>291.283</b>

Os ajustes efetuados na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 podem ser demonstrados como segue:

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>Apresentado anteriormente</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Ajustado</b>	<b>Apresentado anteriormente</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Ajustado</b>
<b>Receita bruta operacional</b>	42.291	(23.217)	19.074	105.495	(40.458)	65.037
Impostos e contribuições	(2.248)	663	(1.585)	(3.580)	(3.154)	(6.734)
<b>Receita líquida</b>	<b>40.043</b>	<b>(22.554)</b>	<b>17.489</b>	<b>101.915</b>	<b>(43.612)</b>	<b>58.303</b>
Custo dos imóveis vendidos	(31.148)	15.783	(15.365)	(65.028)	(6.194)	(71.222)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>8.895</b>	<b>(6.771)</b>	<b>2.124</b>	<b>36.887</b>	<b>(49.806)</b>	<b>(12.919)</b>
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas operacionais	(16.391)	3.992	(12.399)	(27.262)	4.936	(22.326)
Receitas financeiras	11.642	4.028	15.670	22.098	(6.224)	15.874
Despesas financeiras	(12.053)	9.987	(2.066)	(20.180)	18.578	(1.602)
Resultado da equivalência patrimonial	17.544	(41.598)	(24.054)		(23)	(23)
<b>Resultado operacional</b>	<b>9.637</b>	<b>(30.362)</b>	<b>(20.725)</b>	<b>11.543</b>	<b>(32.539)</b>	<b>(20.996)</b>
<b>Resultado não operacional, líquido</b>	<b>(122)</b>	<b>(12.802)</b>	<b>(12.924)</b>	<b>155</b>	<b>(12.808)</b>	<b>(12.653)</b>
Lucro antes da tributação e da participação	9.515	(43.164)	(33.649)	11.698	(45.347)	(33.649)
Participação de minoritários	(402)	402		(814)	814	
Imposto de renda e contribuição social		(2.770)	(2.770)	(1.771)	(999)	(2.770)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>9.113</b>	<b>(45.532)</b>	<b>(36.419)</b>	<b>9.113</b>	<b>(45.532)</b>	<b>(36.419)</b>



As explicações dos principais ajustes e reclassificações são:

## **2.1 Ativo circulante**

- (a) As contas a receber incluíam juros a apropriar em períodos futuros. Estes juros foram estornados para serem apropriados de acordo com a sua competência.
- (b) Constituição de provisão para devedores duvidosos.
- (c) A Companhia constituiu um consórcio com a empresa MB Engenharia S.A., com 50% de participação. Nas demonstrações anteriormente divulgadas, os saldos contábeis desse consórcio não foram consolidados proporcionalmente, conta a conta.
- (d) O saldo de estoques foi ajustado devido à revisão dos orçamentos originais e contabilização do custo das unidades permutadas por terrenos.

## **2.2 Realizável a longo prazo**

- (a) As contas a receber incluíam juros a apropriar em períodos futuros. Estes juros foram estornados para serem apropriados de acordo com a sua competência.
- (b) Constituição de provisão para devedores duvidosos.
- (c) Os créditos com sociedades ligadas foram conciliados e ajustados.

## **2.3 Ativo permanente**

- (a) Ajustes de natureza semelhante aos registrados nas empresas investidas como descrito nessa Nota, refletidos via equivalência patrimonial.
- (b) Reversão da baixa parcial em 31 de dezembro de 2006 dos investimentos nas fazendas Pedras de Maria Agropecuária Ltda., Pedras de São João Agropecuária Ltda. e São Pedro Agropecuária Ltda., contabilizada com base em documento de opção de compra não exercida.
- (c) Exclusão do Bangu Shopping Center da consolidação para apresentá-lo como investida sem deter o seu controle.
- (d) Baixa de custo complementar do Bangu Shopping Center contabilizado indevidamente no ativo diferido.

## **2.4 Passivo circulante**

- (a) Complemento da provisão para impostos e contribuições a recolher, principalmente PIS e COFINS.
- (b) Contabilização das obrigações por compra de terrenos com permuta de imóveis.

## **2.5 Exigível a longo prazo**

- (a) Conciliação e ajuste das obrigações com sociedades ligadas.
- (b) Constituição de provisão para garantia das obras executadas que estão dentro do prazo de garantia.
- (c) Registro da obrigação contraída na compra do terreno para construção do Bangu Shopping Center.
- (d) Complemento das provisões para contingências e para passivo a descoberto de controladas.

## **2.6 Resultados de exercícios futuros**

Com a mudança do regime de caixa para regime de competência, o saldo anteriormente apresentado sob Resultados de Exercícios Futuros foram ajustados.

## **2.7 Receita de vendas**

Ajustada com base no regime de competência e correspondente às receitas de venda de imóveis auferidas em 2006.

## 2.8 Custo dos imóveis vendidos

Ajustado conforme regime de competência e o custo total de certos empreendimentos foram ajustados com a revisão dos orçamentos e conseqüente impacto no custo médio das unidades vendidas.

## 2.9 Receitas e despesas financeiras

Reconhecimento das receitas e dos encargos financeiros de acordo com o regime de competência.

## 2.10 Resultado de equivalência patrimonial

Reflexos dos ajustes efetuados nos patrimônios líquidos das sociedades controladas. Estes ajustes decorreram, principalmente, pelo reconhecimento das receitas e despesas pelo regime de competência.

## 2.11 Resultado não operacional

- (a) Reversão de lucro apurado na baixa dos investimentos mencionada no item 2.3 (b).
- (b) Ajuste para refletir perda incorrida na alienação parcial da investida Bangu Shopping Center.

## 3 Principais práticas contábeis

### (a) Disponibilidades

As disponibilidades incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em fundos de investimento de liquidez, demonstradas ao valor da quota informada pelos administradores na data das demonstrações financeiras.

### (b) Apuração do resultado de incorporação e da venda de imóveis

Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

Os encargos financeiros proporcionais, incidentes sobre as vendas a prazo, são apropriados proporcionalmente ao resultado de acordo com o regime de competência.

Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os procedimentos e normas estabelecidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 963, quais sejam:

- O custo incorrido (inclusive a cota de terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado.
- É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, em relação ao seu custo total orçado e esse percentual aplicado sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda.
- Os montantes das receitas de vendas apuradas, líquidos das parcelas recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, se recebidos antecipadamente.
- Os juros e variação monetária incidentes sobre as contas a receber a partir da entrega das chaves são apropriados ao resultado financeiro quando auferidos e obedecem ao regime de competência de exercícios.
- Os encargos financeiros sobre contas a pagar por aquisição de terrenos, incorridos durante o período de construção, são apropriados ao custo incorrido e refletidos no resultado por ocasião da venda das unidades do empreendimento ao qual estão diretamente relacionados. Os encargos financeiros das demais operações de financiamento são apropriados ao resultado financeiro quando incorridos, assim como das contas a pagar por compra de terrenos e das operações de crédito imobiliário incorridos após a conclusão da construção.

As demais receitas e despesas, incluindo propaganda e publicidade, são apropriadas ao resultado quando incorridas, de acordo com o regime de competência.

A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A provisão constituída, a partir dessa avaliação, corresponde à parcela das contas a receber das unidades entregues que não estão amparadas pela garantia imobiliária.

**(c) Estoques**

Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas.

O custo compreende materiais, mão-de-obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de crédito imobiliário, incorridos durante o período de construção).

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de vendas.

Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição e, quando aplicável, acrescidos dos encargos financeiros. No caso de permutas por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao custo orçado das unidades a serem construídas e entregues em permuta.

**(d) Despesas comerciais**

As despesas e custos incorridos na construção e manutenção dos estandes de vendas são apropriados ao resultado de acordo com as receitas de vendas.

O encargo relacionado com a comissão de venda pertence ao adquirente do imóvel e não se constitui receita ou despesa da Companhia e de suas controladas.

As demais despesas comerciais, incluindo propaganda e publicidade, são apropriadas ao resultado quando incorridas, de acordo com o regime de competência.

**(e) Tributos**

Nas empresas tributadas pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Os empreendimentos que estão sendo construídos pelo regime do patrimônio de afetação com opção pelo RET - Regime Especial de Tributação tiveram suas provisões de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS constituídas sob alíquota única em 7% sobre os valores recebidos.

De acordo com as regras contábeis determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pela Resolução CFC nº 963/2003, a Companhia deve reconhecer suas receitas, custos e despesas, mensalmente, respeitando, em especial, os princípios da oportunidade e da competência. Nesse sentido, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram, independentemente de recebimento ou pagamento.

A legislação tributária, mais especificamente a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - SRF nº 84/79, entre outras, faculta às empresas de construção civil e atividade imobiliária, a opção pela tributação das receitas de vendas a prazo, no momento do seu recebimento. Para se beneficiarem da

postergação dos recolhimentos dos tributos, as empresas utilizam o regime de caixa. Para tanto, a referida Instrução estabelece normas para apuração e tributação do lucro e obriga a contabilização das parcelas recebíveis e dos respectivos custos em conta específica de Resultado de Exercícios Futuros. A companhia e suas controladas adotam esse regime especial para fins de apurar e recolher tais tributos.

**(f) Investimentos em controladas**

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das coligadas e das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, bem como a variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. A variação da porcentagem de participação no capital social das coligadas e das controladas é reconhecida como receita (ou despesa) não operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. Ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas empresas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alinhadas para garantir uniformidade com as práticas adotadas pela Companhia.

A Companhia registra provisão para garantir as obrigações de suas investidas quando estas apresentam passivo a descoberto.

**(g) Ativo imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação calculada pelo método linear, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens.

A sede da Companhia e suas filiais e controladas localizam-se em imóveis alugados de terceiros.

**(h) Benefícios a funcionários e dirigentes**

A companhia e suas sociedades controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós sua saída da companhia.

A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros; em 2007 não foi constituída provisão devido ao prejuízo apurado.

**(i) Aquisições de imóveis a pagar**

São reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas e acrescidas, quando aplicável, de encargos financeiros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

As obrigações relacionadas com permutas de terrenos por unidades a serem construídas, são reconhecidas pelo custo orçado de construção das unidades permutadas e ajustado, quando aplicável, pelas variações orçamentárias do custo a incorrer das referidas unidades.

**(j) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos tomados são acrescidos de encargos financeiros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

**(l) Capital social**

O capital está representado exclusivamente por ações ordinárias, sem valor nominal, classificadas como patrimônio líquido.

**(m) Reservas de lucros**

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

O saldo da reserva para investimentos refere-se à retenção de lucros acumulados a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios.

**(n) Dividendos**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado, calculado nos termos da lei societária.

**(o) Demonstrações financeiras consolidadas**

Compreendem as demonstrações financeiras da João Fortes Engenharia S.A. e de suas sociedades controladas (individualmente e sob controle comum ou criadas para propósitos específicos de administração de empreendimentos imobiliários), como mencionadas na Nota 7. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as sociedades consolidadas, bem como os investimentos. Em relação à controlada com controle compartilhado, as demonstrações financeiras são consolidadas de forma proporcional.

**4 Disponibilidades**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
		<b>(ajustado)</b>		<b>(ajustado)</b>
Caixa e bancos	2.184	867	4.790	18.887
Fundos de investimento - renda fixa	8.668	12.765	18.184	29.215
	<u>10.852</u>	<u>13.632</u>	<u>22.974</u>	<u>48.102</u>

A remuneração dos fundos está relacionada à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, disponibilidade diária. Os fundos são administrados, principalmente, pelos Bancos Itaú, HSBC e Unibanco.

**5 Contas a receber**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
		<b>(ajustado)</b>		<b>(ajustado)</b>
Empreendimentos concluídos	40.948	50.154	65.078	75.084
Empreendimentos em construção				
Receita apropriada	3.462	932	108.863	107.004
Parcelas recebidas	(2.280)		(40.640)	(30.843)
	42.130	51.086	133.301	151.245
Provisão para créditos de realização				
Duvidosa	(8.967)	(8.967)	(14.899)	(14.899)
Realizável a longo prazo	<u>(19.363)</u>	<u>(24.375)</u>	<u>(61.785)</u>	<u>(87.559)</u>
Ativo circulante	<u>13.800</u>	<u>17.744</u>	<u>56.617</u>	<u>48.787</u>

As contas a receber dos empreendimentos em construção estão, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros de 12% ao ano, apropriados de forma "pro-rata temporis".

O saldo da contas a receber das unidades vendidas e em construção não está totalmente refletida nas demonstrações financeiras, uma vez que seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente (conforme critério descrito na Nota 3(b)), líquida dos valores já recebidos.

## 6 Estoques

Representados pelos terrenos para futuras incorporações e pelos custos incorridos das unidades imobiliárias a comercializar (imóveis prontos e em construção), como demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006 (ajustado)</u>	<u>2007</u>	<u>2006 (ajustado)</u>
Terrenos	1.940	1.931	51.427	6.333
Imóveis em construção			58.933	31.323
Imóveis concluídos	<u>72.135</u>	<u>23.872</u>	<u>71.645</u>	<u>39.047</u>
	74.075	25.803	182.005	76.703
Realizável a longo prazo	<u>(1.940)</u>	<u>(1.931)</u>	<u>(4.131)</u>	<u>(6.333)</u>
Circulante	<u>72.135</u>	<u>23.872</u>	<u>177.874</u>	<u>70.370</u>

A parcela classificada no realizável a longo prazo corresponde a terrenos de empreendimentos previstos para serem lançados em período superior a 12 meses.

Do total do custo incorrido consolidado dos imóveis em construção a comercializar, R\$ 3.910 mil (2006 - R\$ 10.128 mil) foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 9).

## 7 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006 (ajustado)</u>	<u>2007</u>	<u>2006 (ajustado)</u>
Sociedades controladas e sociedades coligadas	57.624	28.428	17.975	7.260
Incentivos fiscais e outros	<u>176</u>	<u>149</u>	<u>176</u>	<u>312</u>
	<u>57.800</u>	<u>28.577</u>	<u>18.151</u>	<u>7.572</u>

(a) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

Empresas	Participação %	Lucro	Patrimônio	Investimento	Provisão para		
		líquido (prejuízo) do exercício	líquido (passivo a descoberto)		2006 (ajustado)	passivo a descoberto 2006 (ajustado)	
	2007	2007	2007	2007		2007	2006 (ajustado)
<b>Sociedades controladas</b>							
Alfaport Empreendimentos Imobiliários	99,99	3.698	14.388	14.388	10.690		
João Fortes International Ltd. (1)	100,00	(861)	(4.158)			(4.158)	(3.297)
CNR Empreendimentos Imobiliários	99,99	2.980	5.475	5.475	2.495		
Costabella Empreendimentos Imobiliários (1)	99,99	(7.844)	(8.499)			(8.499)	(655)
<b>SPE</b>							
MNR1	99,99	(128)	(471)			(471)	(343)
MNR2	99,00	(101)	1.174	1.174	1		
MNR3	99,00	(86)	1.353	1.353	1		
MNR4	99,00	(87)	635	635	1		
MNR5	99,00	(87)	1.164	1.164	1		
MNR6	99,00	(11)	2.778	2.778	1		
MNR7	99,00	(5)	6	6			
Pedra de São João Aprovecuária S.A. (2)					(642)		
Pedras de Maria Agropecuária S.A. (2)					1.937		
São Pedro Agropecuária Ltda. (2)					594		
<b>Sociedade coligada</b>							
Bangu Shopping Center S.A (3) (4)	30,00	(793)	17.975	17.975	7.260		
<b>Sociedade controlada em conjunto</b>							
Brasília Plaza S.A. (3)	50,00	1.324	12.676	12.676	6.089		
Outros				176	149		
				<u>57.800</u>	<u>28.577</u>	<u>(13.128)</u>	<u>(4.295)</u>

- (1) As sociedades controladas que apresentam passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) estão amparadas por provisão para perdas na controladora.
- (2) Vendidas em dezembro de 2007 por R\$ 15.000, apresentado sob "Contas a receber - alienação de investimento", no realizável a longo prazo, e o lucro auferido de R\$ 13.111 está refletido sob resultado não operacional, na demonstração do resultado. Adicionalmente, o adquirente das fazendas assumiu as contas a pagar dessas com a controladora, no montante de R\$ 1.405, também classificadas no realizável a longo prazo.
- (3) Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 auditadas por auditores independentes diferentes dos da controladora.
- (4) Alienação de participação de 70% no exercício de 2006. Nessa operação foi incorrida uma perda de R\$ 12.754, contabilizada em resultado não operacional conforme descrito na Nota 2.

**(b) Movimentação dos investimentos**

<b>Empresas</b>	<b>2006 (ajustado)</b>				<b>2007</b>		
	<b>Investimento</b>	<b>Provisão para passivo a descoberto</b>	<b>Aumento de capital</b>	<b>Alienação</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Investimento</b>	<b>Provisão para passivo a descoberto</b>
<b>Sociedades controladas</b>							
Alfaport Empreendimentos Imobiliários	10.690				3.698	14.388	
João Fortes International Ltd.		(3.297)			(861)		(4.158)
CNR Empreendimentos Imobiliários	2.495				2.980	5.475	
Costabella Empreendimentos Imobiliários SPEs		(655)			(7.844)		(8.499)
MNR1		(343)			(128)		(471)
MNR2	1		1.274		(101)	1.174	
MNR3	1		1.438		(86)	1.353	
MNR4	1		721		(87)	635	
MNR5	1		1.250		(87)	1.164	
MNR6	1		2.788		(11)	2.778	
MNR7			11		(7)	4	
Pedras de Maria Agropecuária S.A.	1.937			(1.937)			
Pedra de São João Agropecuária S.A.	(642)			642			
São Pedro Agropecuária Ltda.	594			(594)			
<b>Sociedade coligada</b>							
Bangu Shopping Center S.A.	7.260		10.953		(238)	17.975	
<b>Sociedade controlada em conjunto</b>							
Brasília Plaza S.A.	6.089		5.925		662	12.676	
Outros	149		29			178	
<b>Total</b>	<b>28.577</b>	<b>(4.295)</b>	<b>24.389</b>	<b>(1.889)</b>	<b>(2.110)</b>	<b>57.800</b>	<b>(13.128)</b>



**(c) Informações adicionais sobre as investidas:**

- (i) A sociedade Alfaport participa em 99,99% na Igaruana Participações Ltda. Essa controlada indireta apresentou prejuízo no exercício de 2007 de R\$ 163 e seu patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2007, montava R\$ 15.059. A Igaruana possui um mútuo a receber da controladora João Fortes, cujos recursos originaram da venda de um terreno localizado na Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro.
- (ii) As sociedades controladas Alfaport, CNR e Costabella atuam no ramo de empreendimentos imobiliários, notadamente em projetos no Estado do Rio de Janeiro.
- (iii) A João Fortes International Ltd. é uma empresa atualmente sem atividades, com sede nas Ilhas Cayman. A administração da Companhia está tomando as ações para encerramento dessa investida.
- (iv) As Sociedades de Propósito Específico (SPEs) MNR 1, MNR 2, MNR 3, MNR 4, MNR 5, MNR 6 e MNR 7 têm como objetivo a construção de empreendimentos imobiliários, especialmente nas zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro.
- (v) O Bangu Shopping Center ("BSC"), localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, foi lançado pela João Fortes e entregue em outubro de 2007. Em 2006, a João Fortes alienou 70% de sua participação no empreendimento, conforme item 4 da Nota 7(a).
- (vi) O Brasília Plaza S.A. é uma sociedade que tem por objetivo o desenvolvimento imobiliário denominado "Le Quartier", composto de 7 empreendimentos, localizados no setor hoteleiro na cidade de Brasília (DF).
- (vii) A sociedade participa com 50% no consórcio formado com a empresa MB Engenharia, responsável pela construção de 8 prédios residenciais na cidade de Brasília. Os saldos patrimoniais e o resultado das operações desse consórcio estão acrescidos à razão de 50% nas contas da controladora. Em 31 de dezembro de 2007, esse consórcio apresentava ativos de R\$ 2.265, passivos de R\$ 563 e recursos das consorciadas de R\$ 1.702. O lucro líquido do exercício findo nessa data foi de R\$ 3.528, parcialmente distribuído.

**8 Imobilizado**

O ativo imobilizado é composto, principalmente, dos bens utilizados nas instalações da Companhia (móveis, utensílios e computadores, dentre outros). Estão contabilizados pelo custo de aquisição deduzida a depreciação. O saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 427 (2006 - R\$ 774).

**9 Empréstimos e financiamentos**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006 (ajustado)</u>	<u>2007</u>	<u>2006 (ajustado)</u>
Em moeda nacional				
Capital de giro (a)	9.653	50.517	35.684	71.654
Crédito imobiliário (b)	7.846	14.934	21.996	27.625
	17.499	65.451	57.680	99.279
Em moeda estrangeira (c)	8.254	10.263	8.254	10.263
	25.753	75.714	65.934	109.542
Passivo circulante	(12.238)	(38.292)	(30.745)	(72.120)
Exigível a longo prazo	13.515	37.422	35.189	37.422

Principais dados sobre os empréstimos e financiamentos:

- (a) As operações de capital de giro estão atreladas à variação do Índice Geral de Preços de Mercado -

IGPM + taxas de juros de 6 a 13% a.a.

(b) As operações de crédito imobiliário estão sujeitas à variação da Taxa Referencial de Juros - TR, mais 12% ao ano.

(c) Encargos da variação do dólar norte-americano e juros de 5% a.a.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	2007	
	Controladora	Consolidado
2008		
2009	6.351	10.051
2010	3.322	6.767
2011	693	5.858
2012 em diante	3.149	12.513
	<u>13.515</u>	<u>35.189</u>

Foram concedidos avais dos acionistas controladores como garantia dos recursos tomados e R\$ 3.910 de imóveis em construção (Nota 6).

## 10 Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Controladora Transações (2007)		
	2007	2006 (ajustado)	2007	2006 (ajustado)	Receita de prestação de serviços	Despesa financeira	Receita financeira
Sociedades controladas							
Alfaport Empreendimentos Imobiliários	5.408	20.326			1.169		398
MNR1	643	594					
CNR Empreendimentos imobiliários	20.111	12.267			2.317		695
Costabella Empreendimentos imobiliários	26.817	8.976			1.787		732
Igaruana Participações Ltda.			15.045	14.845		804	
Pedras de Maria Agropecuária		783					
São Pedro Agropecuária		77					
Pedras de São João Agropecuária		75					
João Fortes International Ltd.	4.158	5.019					
	<u>57.137</u>	<u>48.117</u>	<u>15.045</u>	<u>14.845</u>	<u>5.273</u>	<u>804</u>	<u>1.825</u>
Demais partes relacionadas							
Brasília Plaza			12	12			
Bangu Shopping Center				2.213	1.637		
	<u>57.137</u>	<u>48.117</u>	<u>15.057</u>	<u>17.070</u>	<u>6.910</u>	<u>804</u>	<u>1.825</u>

Os saldos mantidos com as empresas controladas e coligadas estão sujeitos a encargos equivalentes à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

## 11 Aquisição de imóveis a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006 (ajustado)	2007	2006 (ajustado)
Contas a pagar em moeda corrente	74.373	29.337	150.578	89.184
Custo orçado a incorrer de unidades permutadas ainda não entregues		8.022	7.710	29.619
	<u>74.373</u>	<u>37.359</u>	<u>158.288</u>	<u>118.803</u>
Exigível a longo prazo	<u>17.245</u>	<u>19.313</u>	<u>17.245</u>	<u>19.313</u>
Passivo circulante	<u>57.128</u>	<u>18.046</u>	<u>141.043</u>	<u>99.490</u>

Em dezembro de 2007, a João Fortes adquiriu um prédio comercial localizado no bairro do Humaitá, na cidade do Rio de Janeiro. Esse imóvel será totalmente restaurado e modernizado e sua destinação (venda ou locação) será definida no segundo semestre de 2008. O preço total do negócio foi de R\$ 65.000, sendo que R\$ 10.000 foram liquidados em 20 de dezembro de 2007, remanescendo um saldo a pagar de R\$ 55 milhões classificados no passivo circulante, montante este liquidado em janeiro de 2008.

No primeiro semestre de 2007 foi entregue o bloco 1 do empreendimento Ion Intelligent Center (unidade permutada), construído pela sociedade controlada Alfaport. Em 31 de dezembro de 2006, o passivo relacionado com custo a incorrer dessa unidade permutada montava R\$ 18.844.

As contas a pagar decorrentes da permuta de unidades a serem entregues estão sujeitas a alterações que vierem a ocorrer nos orçamentos dos correspondentes empreendimentos, bem como a atualização de preços dos materiais, mão-de-obra e outros aplicados.

A Companhia registrou a obrigação por compra do terreno do empreendimento Bangu Shopping Center sobre a qual incidem encargos da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM mais juros de 6% a.a. A obrigação vence em parcelas anuais e sucessivas desde novembro de 2006 e a última parcela vencerá em novembro de 2016. O saldo em 31 de dezembro de 2007 monta R\$ 19.153 (2006 - R\$ 17.771), dos quais R\$ 1.908 (2006 - R\$ 2.034) classificado no circulante.

## 12 Impostos e contribuições a recolher

Representados em 31 de dezembro de 2007, principalmente, por provisões (i) de contribuições a recolher ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, de R\$ 23.841, (ii) PIS e COFINS diferidos de R\$ 9.783, (iii) RET - Regime de Tributação Especial de R\$ 2.379 e (iv) Salário Educação a recolher de R\$ 4.927.

Em consequência da adoção do regime contábil de competência de exercícios para apurar o resultado das atividades imobiliárias e para preparar suas demonstrações financeiras societárias, (em substituição do regime de caixa, regulamentado pela Secretaria da Receita Federal por intermédio de sua Instrução Normativa nº 84/79 para fins de recolher tributos federais), a administração da Companhia e de suas controladas está em processo de análise desses tributos relativos aos exercícios sociais de 2003 a 2007 para calcular e contabilizar os eventuais créditos tributários produzidos por diferenças temporárias e prejuízos para fins de imposto de renda e base negativa de contribuição social, os créditos operacionais do PIS e da COFINS e/ou de tributos a recolher. A administração espera concluir essas análises no decorrer do exercício de 2008 para contabilizar seus correspondentes efeitos.

## 13 Contingências

As provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2007, podem ser assim demonstradas:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Cíveis	1.196	2.529
Trabalhistas	629	665
Tributárias	1.400	2.496
	<u>3.225</u>	<u>5.690</u>

Os processos cíveis nos quais a Companhia e as sociedades controladas figuram no pólo passivo totalizam R\$ 11.312, relacionados, principalmente, à revisão de cláusula contratual de reajustamento e juros sobre parcelas em cobrança. Conforme avaliação da administração, amparada nas avaliações dos consultores jurídicos responsáveis pelos processos, as contingências com expectativa provável de perda totalizam R\$ 2.529.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo, de forma direta ou indireta, em:

- Reclamações trabalhistas no montante total de R\$ 2.534, das quais a administração da Companhia classifica como perda provável R\$ 665 e perda possível R\$ 1.643, corroborada por seus consultores jurídicos, em razão da matéria fática envolvida e das contestações apresentadas nos referidos processos.
- Causas fiscais no montante total de R\$ 11.484, das quais a administração da Companhia entende como perda provável R\$ 2.496 e perda possível R\$ 6.730.

A Companhia depositou judicialmente valores para fazer face a contingências trabalhistas e cíveis. Em 31 de dezembro de 2007 esses depósitos totalizavam R\$ 1.495 (controladora) e R\$ 1.682 (consolidado).

#### **14 Provisão para garantia de obras**

Com base em estudos técnicos e histórico de reparos e consertos nos imóveis construídos pela Companhia e suas controladas, a administração decidiu constituir provisão para garantia de obras entregues nos montantes de R\$ 1.448 (controladora) e R\$ 2.186 (consolidado).

#### **15 Patrimônio líquido**

##### **(a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2007, está representado por 80.000.000 ações sem valor nominal, ordinárias e nominativas (2006 - 883.663.000 com valor nominal de R\$ 76,85 por lote de 1.000 ações), totalmente integralizadas.

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2007 foi deliberado um aumento do capital social no valor de R\$ 4.075, tendo sido feita, em decorrência do referido aumento, uma bonificação de 6 (seis) novas ações para cada 100 (cem) ações possuídas. Assim sendo, o capital social da Companhia passou de R\$ 67.910 para R\$ 71.984, correspondendo à quantidade de 936.682.780 ações.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de agosto de 2007, os seguintes assuntos foram deliberados: (i) a retirada do valor nominal das ações de emissão da Companhia; (ii) o grupamento das 936.682.780 ações, na proporção de 20 ações existentes para cada 1 nova ação, passando o capital social a ser composto por 46.834.139; e (iii) o aumento do capital social, de R\$ 71.984 para R\$ 171.482, mediante a emissão particular de 33.165.861 novas ações, subscritas pelo preço unitário de R\$ 3,00 (valor este fixado de modo a refletir o valor de mercado apurado em 31 de julho de 2007, quando da realização de leilão no âmbito de oferta pública de aquisição de controle da Companhia), passando, portanto, o capital social da Companhia a ser composto por 80.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

##### **(b) Reservas**

A administração decidiu submeter à deliberação da assembléia a compensação parcial dos prejuízos acumulados com a utilização das reservas de lucros, no montante de R\$ 14.800.

##### **(c) Destinação de lucros**

O estatuto da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

## 16 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos visa liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua transações envolvendo derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 se aproximam do valor de mercado, considerando operações similares.

### (a) Considerações sobre riscos

#### (i) Risco de crédito

É avaliado como praticamente nulo durante o período de construção em face da garantia real de recuperação de seus produtos no caso de inadimplência. As demonstrações financeiras contemplam provisão no montante de R\$ 8.467 (controladora) e R\$ 14.899 (consolidado), para fazer face a eventuais perdas na recuperação de recebíveis relacionados com imóveis já concluídos.

#### (ii) Risco de moeda

Salvo pelo empréstimo captado no exterior descrito na Nota 9, é considerado baixo em virtude da Companhia praticamente não possuir ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, bem como não possuir dependência significativa de materiais importados em sua cadeia produtiva. A Companhia não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira.

#### (iii) Risco de taxa de juros

As taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos estão mencionadas na Nota 9. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4. Sobre as contas a receber de imóveis concluídos, conforme mencionado na Nota 4, incidem juros de 12% ao ano, apropriado "pro rata temporis".

### (b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

#### (i) Disponibilidades e aplicações financeiras

O valor de mercado desses ativos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota 4). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

#### (ii) Empréstimos e financiamentos

As condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na Nota 9. O valor de liquidação desses passivos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

## 17 Seguros

A controladora e suas controladas contratam seguros de riscos de engenharia e responsabilidade civil, sendo a cobertura contratada, como indicada a seguir, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- (a) Risco de engenharia (i) básica - R\$ 35.700 para cobrir acidentes (causa súbita e imprevista) no canteiro de obra tais como: danos da natureza ou de força maior, ventos, tempestades, raios, alagamento, terremoto etc., danos inerentes a construção, emprego de material defeituoso ou inadequado, falhas na construção e desmoronamento de estruturas e (ii) outras - R\$ 46 para despesas extraordinárias, carros, desentulho, tumultos, greves, etc.
- (b) Responsabilidade civil - R\$ 700.
- (c) Riscos diversos (i) R\$ 1.364 para conteúdo dos escritórios do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo (móveis e utensílios em geral) em caso de incêndio, alagamentos, etc. e (ii) R\$ 258 para cobertura de morte e invalidez permanente de prestamistas e (iii) R\$ 12 por funcionário.

## 18 Eventos subsequentes

Em 27 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades por Ações, quanto a determinadas práticas contábeis, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras a partir do exercício social que se iniciar a partir de 1º de janeiro de 2008.

O sumário a seguir apresenta os principais assuntos contemplados na nova Lei que poderão influenciar as demonstrações financeiras do próximo exercício:

- A emissão de normativos contábeis pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM para as companhias abertas por ela reguladas deverá ser efetuada em consonância com os padrões internacionais.
- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e inclusão da Demonstração do Valor Adicionado no conjunto das demonstrações financeiras.
- Introdução na Lei do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. A CVM já se pronunciou em comunicado ao mercado entendendo que a aplicação desse conceito pelas companhias abertas por ela reguladas depende da emissão de norma específica ou de expressa referência em alguma outra norma, delimitando o seu alcance e fixando as premissas necessárias para sua utilização, o que deverá ser efetuada em consonância com as normas internacionais.
- Alterações na escrituração mercantil e na escrituração tributária, estabelecendo alternativas para as Companhias a possibilidade de adotar na escrituração mercantil as disposições da lei tributária, para em seguida efetuar os ajustes necessários para atendimento da legislação societária.

Neste momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a Lei, especialmente sobre a sua aplicação prática, incluindo a sua regulação, a administração entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os atuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

\* \* \*

## Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas  
João Fortes Engenharia S.A.

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da João Fortes Engenharia S.A. e o balanço patrimonial consolidado da João Fortes Engenharia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido da João Fortes Engenharia S.A. e a correspondente demonstração consolidada do resultado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras. Os exames das demonstrações financeiras das sociedade controlada em conjunto e da sociedade coligada referidas na Nota 7, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, e nosso parecer, no que se refere a R\$ 30.651 mil (consolidado - R\$ 17.975 mil) desses investimentos e aos resultados de R\$ 424 mil (consolidado - R\$ 238 mil) por elas produzidos em 2007, está fundamentado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
- 2 Exceto pelo assunto mencionado no parágrafo seguinte, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia e suas controladas, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 A companhia, em função da adoção do regime de competência para contabilização de suas operações imobiliárias, cujos efeitos estão mencionados na Nota 2, está em processo de análise dos tributos incidentes sobre essas operações dos exercícios de 2003 a 2007, notadamente imposto de renda e contribuição social, e não constituiu créditos tributários desses tributos ou provisão a pagar até que complete essa análise. A ausência dessas análises não nos permitiu estimar as cifras envolvidas.
- 4 A companhia não apresentou a demonstração das origens e aplicações de recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A apresentação dessa demonstração, que resume as mutações na posição financeira da controladora e do consolidado, decorrentes das atividades operacionais, financeiras e de investimentos, é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 5 Com base em nosso exame e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, somos de parecer que, exceto (i) quanto à ausência de apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos, que resulta em apresentação incompleta das demonstrações financeiras e (ii) pelos efeitos de eventuais ajustes sobre as demonstrações financeiras de 2007, que poderiam vir a ser requeridos se a apuração de tributos diretos estivesse concluída, como mencionado no terceiro parágrafo, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da João Fortes Engenharia S.A. e da João Fortes Engenharia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e o resultado das operações e as mutações do patrimônio líquido da João Fortes Engenharia S.A. do exercício findo nessa data, bem como o resultado consolidado das operações desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 6 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 27 de março de 2007, com ressalva não quantificada sobre o diferimento do lucro das obras de incorporação imobiliária em conformidade com a legislação tributária, divergente da contabilização pelo regime de competência, portanto, antes da reelaboração das demonstrações financeiras mencionada na Nota 2. Em conexão com nosso exame, descrito no primeiro parágrafo, examinamos, também, o ajuste descrito na Nota 2, efetuado para corrigir as demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício de 2006. Somos de parecer que, exceto (i) quanto à ausência de apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos, que resulta em apresentação incompleta das demonstrações financeiras e (ii) pelos eventuais efeitos adicionais que poderiam ser necessários em decorrência da ausência de análise dos tributos referidos no parágrafo 3 acima, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Eduardo Corrêa da Silva  
Contador CRC 1RJ027760/O-8

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2008



**ANEXO I – CONSTRUTORA SULTEPA S.A.**

- Demonstrações Contábeis Consolidadas
- Parecer dos Auditores Independentes

## Construtora Sultepa S.A.

### Balancos Patrimoniais – Consolidado

Em milhares de reais

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
<b>1</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>705.581</b>	<b>858.479</b>	<b>720.701</b>
1.01	Ativo Circulante	82.794	164.560	91.861
1.01.01	Disponibilidades	24.272	39.385	5.820
1.01.02	Créditos	55.681	113.145	72.911
1.01.02.01	Clientes	16.053	45.951	37.341
1.01.02.02	Créditos Diversos	39.628	67.194	35.570
1.01.02.02.01	Devedores Diversos	2.144	7.090	4.228
1.01.02.02.02	Adiantamentos	2.765	2.830	4.103
1.01.02.02.03	Impostos a Recuperar	2.583	4.721	2.929
1.01.02.02.04	Créditos a Receber	0	0	0
1.01.02.02.05	Operações c/Consórcios	25.085	45.377	28.703
1.01.02.02.06	Notas Promissórias	0	2.632	0
1.01.02.02.07	Provisão de Devedores Duvidosos	-4.765	-6.143	-4.393
1.01.02.02.08	Partes Relacionadas	419	10.687	0
1.01.02.02.09	Debêntures a Receber	10.481	0	0
1.01.02.02.10	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Diferid	916	0	0
1.01.03	Estoques	2.713	11.751	12.810
1.01.03.01	Materiais e Peças	2.713	2.808	3.323
1.01.03.02	Imóveis a Comercializar	0	8.943	9.487
1.01.04	Outros	128	279	320
1.02	Ativo Não Circulante	622.787	693.919	628.840
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	479.889	480.227	430.239
1.02.01.01	Créditos Diversos	449.703	405.907	394.367
1.02.01.01.01	Depósitos Judiciais e Compulsórios	1.951	1.845	1.254
1.02.01.01.02	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Diferido	182	2.633	3.297
1.02.01.01.03	Devedores Diversos	8.901	7.396	15.044
1.02.01.01.04	Créditos a Receber	410.642	386.558	362.283
1.02.01.01.05	Operações c/ Consórcios	21.558	5.006	12.489
1.02.01.01.06	Notas Promissórias	0	2.469	0
1.02.01.01.07	Debêntures a Receber	5.867	0	0
1.02.01.01.08	Imóveis a Comercializar	602	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	30.186	74.320	35.872
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	30.186	74.320	35.872
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	142.898	213.692	198.601
1.02.02.01	Investimentos	5.513	27.791	34.369
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	4.759	4.759
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	778	21.879	28.413
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	4.735	1.153	1.197
1.02.02.02	Imobilizado	137.106	185.733	163.992
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	279	168	240

## Construtora Sultepa S.A.

### Balancos Patrimoniais – Consolidado

Em milhares de reais

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
<b>2</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>705.581</b>	<b>858.479</b>	<b>720.701</b>
2.01	Passivo Circulante	227.604	341.450	204.557
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	51.394	60.324	48.689
2.01.02	Debêntures	7.939	61.733	29.089
2.01.03	Fornecedores	10.349	20.341	16.171
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	133.253	102.529	75.226
2.01.04.01	Impostos a Pagar	31.316	35.324	27.974
2.01.04.02	Contribuições Sociais a Pagar	50.058	14.464	10.739
2.01.04.03	Paes a Pagar	45.556	48.589	36.247
2.01.04.04	Tributos Diferidos	6.323	4.152	266
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.899	3.356	205
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	57.878	3.542
2.01.08	Outros	22.770	35.289	31.635
2.01.08.01	Salários e Provisão de Férias	2.404	4.834	5.087
2.01.08.02	Credores Diversos	4.508	12.745	12.771
2.01.08.03	Títulos a Pagar	14.449	14.460	12.546
2.01.08.04	Operações com Consórcios	1.409	3.250	1.231
2.02	Passivo Não Circulante	262.322	299.233	330.648
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	262.307	298.628	330.133
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	18.626	21.907
2.02.01.02	Debêntures	38.905	9.073	35.112
2.02.01.03	Provisões	81.889	90.802	80.266
2.02.01.03.01	Provisão de Impostos s/ Reavaliações	16.321	25.725	18.003
2.02.01.03.02	Tributos Diferidos	48.240	49.348	49.816
2.02.01.03.03	Provisão de Passivos Contingentes	17.328	15.729	12.447
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.559	1.650	5.943
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	139.954	178.477	186.905
2.02.01.06.01	Impostos a Pagar	2.883	3.319	2.665
2.02.01.06.02	Credores Diversos	37.325	38.142	36.761
2.02.01.06.03	Retenções de Sub-empregada	503	1.376	1.395
2.02.01.06.04	Operações com Consórcios	22.919	20.618	25.034
2.02.01.06.05	Dividendos a Pagar	155	485	470
2.02.01.06.06	Refis a Pagar	0	828	1.789
2.02.01.06.07	Paes a Pagar	76.169	113.709	118.791
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	15	605	515
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	3.854	12.653	13.081
2.04	Patrimônio Líquido	211.801	205.143	172.415
2.04.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000	100.000
2.04.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	80.681	95.228	73.700
2.04.03.01	Ativos Próprios	62.061	65.410	44.435
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	18.620	29.818	29.265
2.04.04	Reservas de Lucro	31.120	9.915	0
2.04.04.01	Legal	902	544	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	30.218	9.371	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-1.285
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

## Construtora Sultepa S.A.

### Demonstrações do Resultado – Consolidado

Em milhares de reais

Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2007 a 31/12/2007	01/01/2006 a 31/12/2006	01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	150.014	225.255	166.920
3.01.01	Receita de Obras por empreitada	106.929	123.137	101.135
3.01.02	Receita com venda de materiais	9.459	12.150	10.560
3.01.03	Receita com venda de terrenos	35	39	85
3.01.04	Receita com empreendimentos	510	1.741	1.118
3.01.05	Receita com pedágios	0	36.606	39.617
3.01.06	Receita com Consórcios	31.417	51.541	14.330
3.01.07	Receita com Locação de Equipamentos	1.664	41	75
3.02	Deduções da Receita Bruta	-8.317	-12.818	-11.119
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	141.697	212.437	155.801
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-123.483	-183.674	-129.035
3.05	Resultado Bruto	18.214	28.763	26.766
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	-15.464	-15.299	-27.192
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	-25.558	-31.026	-23.123
3.06.02.01	Despesas Administrativas	-24.946	-30.490	-22.440
3.06.02.02	Remuneração dos Administradores	-612	-536	-683
3.06.03	Financeiras	8.503	-18.531	-3.398
3.06.03.01	Receitas Financeiras	44.094	29.727	43.691
3.06.03.02	Despesas Financeiras	-35.591	-48.258	-47.089
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	8.535	216	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	-6.485	-3.497	-750
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	-459	37.539	79
3.07	Resultado Operacional	2.750	13.464	-426
3.08	Resultado Não Operacional	9.224	391	1.210
3.08.01	Receitas	13.318	919	5.243
3.08.02	Despesas	-4.094	-528	-4.033
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	11.974	13.855	784
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	-991	-409	-32
3.11	IR Diferido	-6.369	-2.826	-5.626
3.11.01	IRPJ e Contribuição Social diferido	-6.369	-2.826	-5.626
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	2.547	262	666
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	7.161	10.882	-4.208

**Construtora Sultepa S.A.****Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos – Consolidado**

Em milhares de reais

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>01/01/2007 a 31/12/2007</b>	<b>01/01/2006 a 31/12/2006</b>	<b>01/01/2005 a 31/12/2005</b>
4.01	Origens	131.134	47.728	20.328
4.01.01	Das Operações	82.901	0	11.729
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	7.161	0	-4.208
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	75.740	0	15.937
4.01.01.02.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	7.955	0	15.725
4.01.01.02.02	Result. Equival. Patrimonial	459	0	-79
4.01.01.02.03	Vlr Residual do Permanente Baixado	64.719	0	76
4.01.01.02.04	Var. Result.Exerc.Futuros	-590	0	42
4.01.01.02.05	Provisão de Impostos de Longo Prazo	4	0	500
4.01.01.02.06	Particip.Minoritários nas Controladas	-2.547	0	-666
4.01.01.02.07	Ganhos de Capital	-745	0	-269
4.01.01.02.08	Amortização de Ágio s/ Investimentos	6.485	0	608
4.01.02	Dos Acionistas	27.633	47.728	0
4.01.02.01	Integralização de Capital	156	257	0
4.01.02.02	Bônus na Emissão de Ações	0	47.471	0
4.01.02.03	Efeito de L.P. Soc. Excluídas da Consol.	27.477	0	0
4.01.03	De Terceiros	20.600	0	8.599
4.01.03.01	Aumento Exigível Longo Prazo	0	0	8.599
4.01.03.02	Redução do Real. de Longo Prazo	20.600	0	0
4.02	Aplicações	79.800	111.922	70.567
4.02.01	Resultado do Exercício	0	-10.882	0
4.02.03	Em Investimento	8.531	-47	4
4.02.04	Em Imobilizado	12.525	9.475	7.974
4.02.05	Redução de Capital	268	0	0
4.02.06	Acréscimo no Diferido	112	0	69
4.02.07	Partic. Minoritários nas Controladas	0	262	0
4.02.08	Ganhos de Capital	0	51	0
4.02.09	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-13.189	0
4.02.10	Equivalência Patrimonial	0	37.539	0
4.02.11	Vlr Residual do Permanente Baixado	0	-825	0
4.02.12	Aumento do Realizável de Longo Prazo	0	49.987	62.520
4.02.13	Provisão de Impostos de Longo Prazo	0	-788	0
4.02.14	Amortização do Diferido	0	-72	0
4.02.15	Amortização de Ágio s/ Investimentos	0	-3.497	0
4.02.16	Var. Result.Exerc.Futuros	0	-90	0
4.02.17	Redução do Exigível de longo Prazo	36.321	40.696	0
4.02.18	Dividendos Propostos	1.781	3.302	0
4.02.19	Transferência do Circulante P/ Real. L.P	20.262	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	51.334	-64.194	-50.239
4.04	Variação do Ativo Circulante	-81.766	72.699	-35.892
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	164.560	91.861	127.753
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	82.794	164.560	91.861
4.05	Variação do Passivo Circulante	-113.846	136.893	14.347
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	341.450	204.557	190.210
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	227.604	341.450	204.557

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
de 31 de Dezembro 2007 e 2006  
(valores expressos em milhares de reais)

## 1. ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Construtora Sultepa S.A., é uma sociedade de capital aberto, com sede em Porto Alegre - RS. A Sociedade tem por objeto social a construção civil em geral, inclusive estudos, projetos, administração de obras de engenharia pública e privada, além de participação em outras empresas.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A autorização para conclusão das presentes demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria da Sociedade em 3 de março de 2008, as quais serão submetidas à apreciação pelo Conselho da Administração.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Sociedade incluem portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação as estimativas.

## 3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Construtora Sultepa S.A. e das seguintes empresas controladas:

Sociedade	Percentual de participação			
	2007		2006	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pedrasul Construtora S.A.	99,61	-	99,61	-
Sultepa Construções e Comércio Ltda.	99,95	-	99,95	-
Sulbrape Construções Ltda.	42,00	-	42,00	-
Rioest Estacionamentos S.A.	-	97,44	-	-
CP Companhia de Participações (c)	37,29	10,81	37,29	10,81
Construtora CTE S.A.	-	64,70	-	-
Contesa Engenharia Ltda.	-	-	64,70	-
Metrovias S.A. (c)	-	-	3,27	19,30
Sulvias S.A. (c)	-	-	2,47	21,44
Convias S.A. (c)	-	-	-	19,37
PN Turismo Ltda.	-	-	54,13	-
Sulcatarinense Ltda.	-	-	48,05	51,95
Univias Participações(c)	-	-	1,25	24,41

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas destacam-se as seguintes práticas:

- a) Construtora Sultepa S.A. e suas controladas adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- b) Os saldos das contas patrimoniais e os valores das transações entre a controladora e suas controladas foram eliminados.

c) Os componentes do ativo e do passivo, as receitas e as despesas das sociedades controladas em conjunto foram agregados às demonstrações contábeis consolidadas, na proporção da participação da investidora no capital social da investida, conforme preconizado na Instrução CVM nº 247/96.

d) Sociedades incluídas e excluídas na consolidação

Para fins de comparabilidade das demonstrações contábeis consolidadas, deve-se considerar o que segue:

- no primeiro trimestre de 2007 houve a inclusão da controlada indireta Rioest Estacionamentos S.A., cujo controle acionário foi adquirido pela controlada Pedrasul Construtora S.A.
- no segundo trimestre de 2007, as participações societárias nas controladas em conjunto Metrovias, Sulvias e Convias, foram alienadas e a Sociedade deixou de possuir controle compartilhado sobre a Univias Participações S.A., motivo pelo qual tais empresas deixaram de integrar as demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade.
- conforme mencionado na nota explicativa nº 9, no terceiro trimestre de 2007, foi extinta a controlada PN Turismo Ltda, bem como a Sociedade retirou-se da Contesa Engenharia Ltda e reduziu sua participação direta e indireta na Sulcatarinense, deixando esta de ser controlada da Sociedade. Conseqüentemente, tais empresas deixaram de serem incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade.
- no quarto trimestre de 2007, a controlada Pedrasul Construtora S.A. adquiriu o controle acionário da Construtora CTE S.A.

e) foram agregadas às demonstrações contábeis consolidadas, as demonstrações dos resultados das sociedades mencionadas no item anterior, referente ao período em que a Construtora Sultepa S.A. deteve controle sobre as mesmas.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a) **Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes**

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. Os direitos e obrigações foram classificados de acordo com o prazo de realização ou de exigibilidade previstos nos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76.

##### b) **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão registradas pelos seus valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

##### c) **Provisão para devedores duvidosos**

É reconhecida com base em análise individual dos saldos das contas a receber, cujo montante é considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas na realização dos valores a serem recebidos.

##### d) **Estoques**

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado.

**e) Investimentos**

Os investimentos em controladas, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 09. Os demais investimentos estão registrados pelo valor de custo, acrescido da correção monetária de balanço até 31 de dezembro de 1995.

**f) Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, acrescido da correção monetária de balanço até 31 de dezembro de 1995 e deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, considerando-se a duração da vida econômica estimada dos bens.

**g) Diferido**

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzidos as amortizações acumuladas.

**h) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social correntes, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são calculados sobre as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base nas alíquotas de imposto de renda e da contribuição social, vigentes no período em que se espera que os efeitos tributários sejam realizados, conforme preconizado na Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução da CVM nº 371/02.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, as aplicações financeiras no balanço consolidado referem-se principalmente a Fundo de Aplicações Financeiras de renda fixa (FAF).

**6. CLIENTES**

Clientes	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Governo Federal	5.261	3.038	5.261	9.460
Governos Estaduais	1.065	14.178	3.954	21.478
Governos Municipais	698	605	5.156	8.762
Clientes Privados	1.172	1.333	1.682	6.251
<b>Total</b>	<b>8.196</b>	<b>19.154</b>	<b>16.053</b>	<b>45.951</b>

**7. CRÉDITOS A RECEBER – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO****7.1 Créditos a receber processo Construtora Sultepa e controladas x União Federal (sucessora do DNER)**

O valor de R\$ 148.826 (R\$ 112.493 em 2006) controladora e R\$ 336.043 (R\$ 309.205 em 2006) consolidado, referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. Tal montante inclui as transações efetuadas a valor de mercado, em 2007, junto as partes relacionadas Casaverde Incorporações e Participações Ltda. e Contesa Engenharia Ltda., cujos ganhos no montante de R\$ 8.238 mil foram registrados em Outras Receitas Operacionais.



Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e controladas.

Considerando os argumentos incluídos na Ação Rescisória proposta pela União Federal, a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, entende como remota a chance de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida provisão para não realização destes ativos.

## 7.2 Créditos a receber Processo Sinicon x União Federal

O valor de R\$ 35.442 (R\$ 34.396 em 2006) controladora e R\$ 35.442 (R\$ 41.158 em 2006) consolidado, referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano.

Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e controladas.

A Administração, suportada por seus assessores jurídicos, entende como remota a chance de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Sociedade, motivo pelo qual não foi reconhecida provisão para não realização destes ativos.

## 7.3 Precatórios a receber

O valor de R\$ 35.311 (R\$ 31.103 em 2006) controladora e R\$ 39.157 (R\$ 36.195 em 2006) consolidado, referem-se a parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos a quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado em 7.1. Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação do IPCA-E e de juros de 6% ao ano.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - CONSOLIDADO

Conforme previsto na Deliberação da CVM nº. 273/98, a controlada Pedrasul Construtora S.A. registrou imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. A Administração desta controlada estima a realização destes ativos no período de 2008 à 2010.

A base para constituição dos impostos é a seguinte:

	<b><u>2007</u></b>
Ativo	
Provisão para devedores duvidosos	2.613
Provisão para contingências	606
Outras provisões	<u>10</u>
Base de cálculo	3.229
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.098</u>
Parcela de curto prazo	<u>916</u>
Parcela de longo prazo	<u>182</u>

## 9. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Os investimentos nas empresas controladas estão demonstrados a seguir:

Descrição	Pedrasul S A	Sultepa Constr Ltda	Sulbrape Ltda	CP Comp. Partic.*
Capital social	23.721	47.307	300	10.362
Patrimônio líquido ajustado	128.135	65.739	5.397	27
Resultado do exercício	12.355	6.739	14	(13.774)
Participação %	99,61	99,95	42,00	37,29

Movimentações nas participações em controladas:

Descrição	Sulcatarinense Ltda	Pedrasul S A	Sultepa Constr Ltda	PN Turismo Ltda	Contesa Ltda	Sulbrape Ltda	CP Comp. Partic.*	Univias Partic.	Metrovias S A	Sulvias S A	Total
Saldo inicial	15.796	116.991	58.878	9.837	1.584	2.261	47.410	2.633	396	175	255.961
Equivalência patrimonial	(5.050)	12.430	6.698	(2.841)	(325)	6	(5.138)	(33)	7	5	5.759
Reavaliação em controladas	-	1.137	130	-	-	-	-	-	-	-	1.267
Transferência de quotas p/ extinção	6.404	-	-	(6.996)	-	-	-	-	-	-	(592)
Reembolso de quotas da sociedade	(16.200)	-	-	-	(1.259)	-	-	-	(403)	(180)	(18.042)
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	(17.673)	-	-	-	(17.673)
Distribuição de dividendos	-	(2.923)	-	-	-	-	(24.589)	-	-	-	(27.512)
Transferência p/ outros investimentos	(950)	-	-	-	-	-	-	(2.600)	-	-	(3.550)
Saldo final	-	127.635	65.706	-	-	2.267	10	-	-	-	195.618

\* empresa não examinada por auditores independentes.

- Em fevereiro de 2007 a Coparco Companhia de Participações e Construções passou a denominar-se de CP Companhia de Participações. Em março de 2007 houve distribuição de dividendos, nesta mesma data e em junho de 2007 houve redução de capital.
- Em junho de 2007, houve alienação das ações da Sulvias e Metrovias, ocasionando um ganho líquido registrado em receita não operacional de R\$ 5.421 na controladora e R\$ 7.688 no consolidado.
- Em agosto de 2007 foi extinta a PN Turismo Ltda. cabendo a Construtora Sultepa S.A. o reembolso de R\$ 6.996, referente a participação sobre o valor do patrimônio líquido contábil, dos quais R\$ 6.404 foram recebidos em participação societária na Sulcatarinense Ltda. e R\$ 592 para amortização de mútuo existente entre as partes.
- Em agosto de 2007, através da redução do capital da Sulcatarinense, a Sociedade recebeu como reembolso o montante de R\$ 10.216 relativo a imóveis e direito de uso de lavras.
- Em agosto de 2007, com base no valor contábil do patrimônio líquido da Sulcatarinense Ltda., foi alienado à parte relacionada Casa Verde Participações e Incorporações Ltda., a participação de 26,28% na Sulcatarinense, pelo montante de R\$ 5.984.
- Em setembro de 2007 através de alteração contratual da Contesa Engenharia Ltda., a Construtora Sultepa S.A. retirou-se desta, obtendo direito a reembolso no montante de R\$ 1.259 apurado com base no valor do patrimônio líquido contábil, o qual será recebido em vinte e quatro parcelas.

## 10. PARTES RELACIONADAS

EMPRESAS	Ativo circulante			Ativo Realizável a Longo Prazo				Passivo Circulante			Passivo Exigível a Longo Prazo			
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2007	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2006	2007	2006	2007	2006
Sultepa Participações S.A *	-	-	-	2.078	2.421	10.980	10.048	-	-	-	-	-	-	-
Portella Nunes Partic. S.A *	-	-	-	15.454	14.233	15.493	14.272	-	-	-	-	-	1.317	1.302
Sulcatarinense Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.991	-	-
Pedrasul S/A *	-	-	-	-	10.615	-	-	-	-	-	9.052	-	-	-
Sultepa Constr e Com Ltda *	116	-	-	98	2.540	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PN Turismo Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	875	-	-
Contesa Engenharia Ltda *	-	-	-	-	1.538	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Casa Verde	419	419	-	629	-	629	6.720	-	-	-	-	-	-	-
Sulbrape	432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ricoest Estacionamentos S.A	-	-	-	-	-	-	-	1.269	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas das controladas em conjunto	-	-	10.687	-	-	-	40.177	-	37.212	57.878	-	-	-	163
Conesul	-	-	-	-	-	2.974	2.853	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	109	250	110	250	-	-	-	-	-	242	185
TOTAL	967	419	10.687	18.368	31.597	30.186	74.320	1.269	37.212	57.878	9.052	3.866	1.559	1.650

### Controladora – 2007

Empresas	Controladora – 2007		
	Receita com Vendas e Serviços	Resultado Financeiro Líquido	Custo com Obras
Pedrasul Construtora S.A.	4.217	800	13
Sultepa Construções Ltda.	1.141	140	269
Casa Verde Incorporações e Participações Ltda.	-	48	-
Sultepa Participações S.A	-	480	-
Portella Nunes Participações S.A.	-	1.764	-
Total	5.358	3.232	282

\* Os saldos das operações de mútuo são atualizados a uma taxa de 1% a.m. com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2010.

A Sultepa Participações S.A. e Portella Nunes Participações S.A. são controladoras da Sociedade.

## 11. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa % Depreciação/Amortização	Controladora				Consolidado			
		2007		2006		2007		2006	
		Valor Original/ Reavaliado	Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Original/ Reavaliado	Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	4	53.275	(1.406)	51.869	52.059	57.816	(1.406)	56.410	56.574
Direito ao Uso de Lavras	6,66	34.611	(2.498)	32.113	22.170	63.084	(8.602)	54.482	67.701
Máquinas e Equipamentos	10	65.007	(44.756)	20.251	22.805	69.675	(49.305)	20.370	24.802
Veículos	20	8.956	(4.702)	4.254	3.636	9.735	(5.331)	4.404	5.699
Móveis e Utensílios	10	2.848	(2.040)	808	800	2.987	(2.082)	905	1.166
Outras Imobilizações	-	39	-	39	1.914	270	-	270	2.393
Operações com Consórcios	-	196	-	196	227	265	-	265	317
Imobilizações em Rodovias	6,66 a 14,12	-	-	-	-	-	-	-	27.081
<b>Total</b>		<b>164.932</b>	<b>(55.402)</b>	<b>109.530</b>	<b>103.611</b>	<b>203.832</b>	<b>(66.726)</b>	<b>137.106</b>	<b>185.733</b>

As contas de imobilizado incluem R\$ 102.769 (R\$ 129.277 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa a reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado.

## 12. CREDORES DIVERSOS

	Passivo Circulante				Exigível a Longo Prazo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Prestadores de Serviços	1.509	3.982	1.808	7.274	-	-	-	-
Subempreiteiros	947	1.412	1.847	2.146	-	-	-	-
Transportadores	473	380	794	691	-	-	-	-
Adiantamentos de Clientes	-	98	32	1.692	-	-	-	-
Fundação Corsan	-	-	-	-	-	-	-	6.629
Contesa Engenharia	-	-	-	-	3.000	-	-	-
Honorários a Pagar	-	-	-	-	32.946	30.524	32.946	30.540
Outros	17	120	27	942	1.281	573	4.379	973
	2.946	5.992	4.508	12.745	37.227	31.097	37.325	38.142

## 13. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora/Consolidado	
	Curto Prazo	
	2007	2006
Betunel Ind. E Com. Ltda	11.527	9.730
Rioest Estacionamentos S.A	-	1.269
Greca Distrib. Asfaltos	1.050	1.351
Remar Distrib. De Asfalto Ltda	1.040	776
Fundação CEEE	400	459
Gerdau Aços Longos S/A	432	396
Outros	-	479
	14.449	14.460

## 14. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	Passivo Circulante				Exigível a Longo Prazo	
	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado
	2007	2006	2007	2006	2006	2006
Empréstimos						
Capital de Giro	38.467	30.771	47.468	54.071	42	6.765
Finame	3.926	3.449	3.926	6.253	-	11.861
Total	42.393	34.220	51.394	60.324	42	18.626

Do montante de R\$ 42.393 na controladora e R\$ 51.394 no consolidado, R\$ 40.798 e R\$ 42.775, respectivamente encontram-se vencidos. A administração está em processo de negociação, sendo que não são esperadas perdas relevantes em relação aos valores registrados. Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a uma taxa de juros média anual de 36%. Para garantia dos mesmos, foram oferecidas alienação de máquinas rodoviárias, notas promissórias e Imóveis.

## 15. PAES

O saldo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
IRRF	47.746	45.755	51.250	49.620
COFINS	32.022	30.688	33.401	34.908
PIS	6.488	6.217	6.965	7.440
CSLL	4.340	4.160	5.046	4.891
IRPJ	17.945	17.197	20.072	19.420
INSS	-	39.764	4.991	46.019
Total	108.541	143.781	121.725	162.298
Passivo Circulante	38.995	41.968	45.556	48.589
Passivo Exigível à Longo Prazo	69.546	101.813	76.169	113.709

De acordo com a lei 10.684 de 30 de maio de 2003, a Sociedade e sua controlada, Pedrasul Construtora S.A, aderiram em 31 de julho de 2003 ao Programa de Parcelamento Especial – PAES do governo federal, declarando os seus débitos de impostos e contribuições à Secretaria da Receita Federal – SRF e ao Instituto Nacional de Seguridade Social, inclusive os anteriormente incluídos no REFIS. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. A Sociedade pagou R\$ 4 mensalmente até abril de 2005, conforme previsão legal. A partir desta data o saldo devedor está sendo amortizado a 1,50% ao mês sobre a receita bruta, com base em liminar concedida em 24 de junho de 2005.

Os tributos e contribuições previdenciárias administrados pela Receita Federal e pelo INSS, relativos as competências durante os períodos de fevereiro de 2003 a dezembro de 2004 e de março a setembro de 2005, foram objetos de pleitos administrativos em que é postulada suas extinções mediante a compensação com créditos representados por apólices da ELETROBRÁS e com precatórios a receber, respectivamente. Posteriormente, a Sociedade e sua controlada Pedrasul Construtora S/A. ingressaram junto à Justiça Federal com pedido de concessão de medida liminar *inaudita altera pars*, para o fim de suspender a exigibilidade da totalidade dos débitos tributários e previdenciários que a Sociedade possui para com a União Federal e suas autarquias até janeiro de 2007, enquanto não for definitivamente julgada a ação rescisória referente aos créditos a receber da União Federal, mencionado na nota explicativa 7.1.

A Administração, suportada por seus assessores jurídicos, entende como provável o êxito da obtenção da referida medida liminar junto à Justiça Federal.

No ano de 2007 a Sociedade foi excluída do Paes Previdenciário. Tal exclusão resultou na transferência de R\$ 26.396 do longo para o curto prazo. Os débitos ora excluídos retornam a situação anterior ao parcelamento.

## 16. ENCARGOS TRIBUTÁRIOS SOBRE REAVALIAÇÕES

Referem-se aos tributos provisionados sobre as reavaliações efetuadas nos ativos da Sociedade e suas controladas:

Tributos	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de Renda	6.389	7.521	11.982	18.884
Contribuição Social	2.308	2.725	4.339	6.841
Total	8.697	10.246	16.321	25.725

## 17. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, emitidas pela Sociedade, estão demonstradas a seguir:

Emissão	Passivo circulante		Exigível à Longo Prazo		Vencimentos	Encargos	Garantias
	Controladora/Consolidado		Controladora/Consolidado				
	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Longo Prazo			
	2007	2006	2007	2006			
1ª Emissão					20.12.2012	IGPM+8%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
1ª série	-	4.585	4.905	-			
2ª série	-	3.669	3.925	-			
3ª Emissão	7.519	36.563	30.075	-	5 PARCELAS ANUAIS C/ VCTO 15/12/2008 À 15/12/2012	IPCA+10%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
3ª Emissão Juros	420	614	-	-	6 PARCELAS MENSAIS C/ VCTO 15/09/2007 À 15/02/2008	SELIC	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
4ª Emissão	-	14.034	-	-			
5ª Emissão	-	2.268	-	9.073			
Total	7.939	61.733	38.905	9.073			

Em 01 de março de 2007 foi realizada pactuação da 4ª emissão de debêntures. No ato foi pago R\$ 4.500, o saldo remanescente foi quitado em 12 de junho de 2007, esta quitação resultou uma redução de juros na ordem de R\$ 3.691.

Em 06 de junho de 2007 foi realizada pactuação da 3ª emissão de debêntures, foi prorrogado o vencimento do principal, sendo que no ato foi pago juros de R\$ 1.192.

Em 24 de setembro de 2007 foi liquidado o montante de R\$ 11.686 referente a 5ª emissão de debêntures, as quais estavam em poder da controlada Pedrasul Construtora S.A. O pagamento ocorreu através de quitação de dividendos devidos pela controlada no montante de R\$ 1.809, sendo o restante através de contrato de mútuo.

Em 17 de dezembro de 2007 através da AGD foi alterado o vencimento das debêntures da 1ª emissão para 20 de dezembro de 2012.

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Sociedade, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

Características dos montantes:

- Processos cíveis – referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Sociedade é responsável solidária junto a terceiros.

b) Processos trabalhistas - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial.

c) Processos tributários – referem-se basicamente a questões de tributos municipais e previdenciários.

d) Passivo solidário – refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Sociedade é responsável solidária junto aos credores da Contesa Engenharia Ltda.

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Processos cíveis	2.071	5.686	2.673	10.715
Processos trabalhistas	1.262	1.264	1.265	1.611
Processos tributários	4.327	710	4.470	3.403
Passivo Solidário	8.920	-	8.920	-
	16.580	7.660	17.328	15.729

## 19. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Sociedade e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios, os quais relacionamos a seguir:

Posição em 31 de dezembro de 2007

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO			
	2007						
	CONESUL	CCS (1)	TOTAL CONTROLADORA	CONESUL	CCS (1)	MOLHE SUL (1)	TOTAL CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO							
ATIVO CIRCULANTE	-	145	145	-	157	25.023	25.180
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	21.390	58	21.448	21.390	168	-	21.558
ATIVO PERMANENTE	180	16	196	180	18	67	265
	21.570	219	21.789	21.570	343	25.090	47.003
PASSIVO							
PASSIVO CIRCULANTE		18	18	-	20	1.389	1.409
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.718	153	3.871	3.718	166	19.035	22.919
RESULTADOS ACUMULADOS	17.852	48	17.900	17.852	157	4.666	22.675
	21.570	219	21.789	21.570	343	25.090	47.003
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO							
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-	-	-	21.914	21.914
CUSTO OPERACIONAL	-	-	-	-	-	(8.856)	(8.856)
DESPESAS OPERACIONAIS	(2)	(99)	(101)	(2)	(108)	(79)	(189)
RESULTADO DO PERÍODO	(2)	(99)	(101)	(2)	(108)	12.979	12.869



Posição em 31 de dezembro de 2006

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO								
	2006											
	CONESUL	CCS (1)	TOTAL CONTROLADORA	CONESUL	CCS(1)	MOLHE SUL(1)	SULCAT/ARG/C BPO (1)	SULCAT/CONPESA /SAIBRITA (1)	STER	3 GOLF (1)	SIM (1)	TOTAL CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL												
ATIVO												
ATIVO CIRCULANTE	16.692	343	17.035	16.692	925	9.800	11	33	12.795	828	5.725	46.809
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.649	239	4.888	4.649	357	-	-	-	-	-	-	5.006
ATIVO PERMANENTE	180	47	227	180	51	9	-	-	16	-	62	318
	21.521	629	22.150	21.521	1.333	9.809	11	33	12.811	828	5.787	52.133
PASSIVO												
PASSIVO CIRCULANTE	2	108	110	2	118	545	8	-	1.635	28	914	3.250
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.618	280	3.898	3.618	798	7.665	-	33	5.734	390	2.380	20.618
RESULTADOS ACUMULADOS	17.901	241	18.142	17.901	417	1.599	3	-	5.442	410	2.493	28.265
	21.521	629	22.150	21.521	1.333	9.809	11	33	12.811	828	5.787	52.133
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO												
RECEITA LÍQUIDA	-	12.897	12.897	-	13.966	2.429	-	-	17.745	403	14.884	49.427
CUSTO OPERACIONAL	-	(6.367)	(6.367)	-	(6.894)	(2.425)	-	-	(7.135)	-	(12.604)	(29.058)
DESPESAS OPERACIONAIS	(22)	(498)	(520)	(22)	(538)	(150)	(3)	(1)	(172)	(1)	(473)	(1.360)
RESULTADO DO PERÍODO	(22)	6.032	6.010	(22)	6.534	(146)	(3)	(1)	10.438	402	1.807	19.009

(1) não examinados por auditores independentes.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social autorizado é de R\$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R\$ 100.000, conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 11 de maio de 2000.

Em 31 de dezembro a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
Total	12.600.000

## b) Dividendos Propostos:

De acordo com a legislação vigente e em consonância com o estatuto da Sociedade, os dividendos propostos a serem distribuídos estão assim calculados:

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Lucro líquido do exercício	7.161	10.882
Reserva legal (5%)	(358)	(544)
Realização da reserva de reavaliação	-	2.328
	-----	-----
Base de cálculo para dividendos	6.803	12.666
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	1.701	3.166
Dividendos propostos	1.770	3.295
Ações ordinárias	1.011	1.882
Ações preferenciais	759	1.413

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro estão registrados pelos seus valores de realização e liquidação e estão valorizados conforme descrito na nota explicativa nº 4. Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Em 31 de dezembro, a Sociedade não possui operações com derivativos e passivos que possam ser afetados significativamente pelo fator risco de mercado taxa de câmbio(desvalorização do dólar)

Os principais fatores de risco de mercado que venham a afetar os negócios da companhia são os seguintes:

### Fatores de riscos de mercado.

Os negócios da Sociedade e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, no qual predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a lei n. 8666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública.

Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada, são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e conseqüentemente da própria formação dos preços.

Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o segundo caso, a Sociedade, através de seus departamentos técnico, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de

produtividade na formação de preços. É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, a lei 8.666/93 possui dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

## 22. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos.

Demonstramos abaixo, as principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro:

Descrição	Tipo de seguro	Importância Seurada	
		2007	2006
Veículos	Total	1.875	1.985
Máquinas	Riscos diversos	355	385
Instalações	Incêndios e riscos diversos	5.678	5.678
Total		7.908	8.048

## 23. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

A Sociedade continua com a política de negociação de suas dívidas, tendo alongado o perfil do passivo de curto prazo junto aos debenturistas e efetuado liquidação de parte das suas dívidas de capital de giro junto às instituições financeiras. Inseridas nestas negociações estão em pauta as reduções das taxas financeiras praticadas nas operações.

A Sociedade está mantendo negociações junto a credores e fornecedores, com o intuito de saldar seus compromissos, utilizando para tanto a compatibilização de seus recebimentos.

Observamos que estas estratégias tem obtido êxito tanto no alongamento dos prazos, como na redução das taxas de juros.

## 24. MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modifica alguns dispositivos na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, quanto a determinadas práticas contábeis, escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008.

A Administração da Sociedade está avaliando os impactos das alterações introduzidas pela nova Lei, referentes principalmente à criação de novos subgrupos de contas, introdução de novos critérios para classificação e avaliação de instrumentos financeiros e ao conceito de ajuste ao valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Os eventuais impactos das alterações introduzidas pela nova lei serão reconhecidos no decorrer de 2008.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
**CONSTRUTORA SULTEPA S.A.**

1 Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da **CONSTRUTORA SULTEPA S.A.** e controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 das controladas em conjunto Metrovias S.A. Concessionária de Rodovias, Sulvias S.A. Concessionária de Rodovias, Convias S.A. Concessionária de Rodovias (controlada indireta), Coparco Companhia de Participações e Construções e Univias Participações S.A., foram examinadas por outros auditores independentes. Assim sendo, a nossa opinião no que se refere aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessas controladas, inclusive para fins de consolidação, está baseada no parecer desses auditores independentes.

2 Exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como, da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis dos consórcios Sulcatarinense/3Golf, IECSA/Sulcatarinense/Momento – SIM, Sulcatarinense/ARG/CBPO, e Sulcatarinense/Conpesa/Saibrita, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, bem como as relativas a 31 de dezembro de 2007 e 2006 dos consórcios Consórcio Construtor do Sul – CCS e Molhe Sul. Conseqüentemente, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores dos ativos líquidos incluídos nos balanços patrimoniais da controladora e consolidado, nos montantes de R\$ 4.804 mil e R\$4.823 mil (R\$ 4.223 mil e R\$ 4.922 mil, na controladora e consolidado em 2006) e lucro líquido do exercício controladora e consolidado, no montante de R\$ 12.820 mil (R\$ 8.030 mil em 2006).

4 Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis da controlada em conjunto CP Companhia de Participações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, cujo valor do investimento totaliza R\$ 13 mil (R\$ 3 mil através da controlada Pedrasul Construtora S.A.) e o resultado negativo da equivalência patrimonial reconhecido de R\$ 6.641 mil (R\$ 1.503 mil através da controlada Pedrasul Construtora S.A.).

5 Em nossa opinião, com base em nossos exames e no parecer de responsabilidade de outros auditores independentes, exceto quanto aos possíveis ajustes que poderiam resultar do exame dos consórcios e da controlada mencionados nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **CONSTRUTORA SULTEPA S.A.** e controladas, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e

aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Sociedade e de suas controladas. A Sociedade tem apresentado deficiência de capital de giro, bem como, possui créditos a receber de suas controladoras direta e indireta no montante líquido de R\$ 17.532 mil controladora e R\$ 25.156 mil consolidado (R\$ 16.654 mil controladora e R\$ 23.018 mil consolidado em 2006), classificados no ativo realizável a longo prazo, cuja a realização depende do sucesso das operações futuras das controladoras. Esses fatores geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. Os planos da administração, com relação a este assunto, estão descritos na nota explicativa nº 23. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

7 Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Sociedade e sua controlada Pedrasul Construtora S.A., com intuito de atender o preconizado no referido programa, ingressaram com pedido de concessão pela Justiça Federal de medida liminar, a qual postula a suspensão da exigibilidade da totalidade dos débitos que as mesmas possuem para com a União Federal e suas autarquias, até que seja definitivamente julgada a ação rescisória relativa aos créditos a receber que as Sociedades possuem junto a União Federal, conforme descrito na nota explicativa nº 7. O despacho sobre tal pedido está pendente de decisão, bem como, em 2008, através dos seus assessores jurídicos foi elaborado recurso administrativo visando a permanência da controlada no referido programa, cujo desfecho é considerado como provável a mesma, motivos pelo qual as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da permanência da Sociedade e de sua controlada no Programa de Parcelamento Fiscal - PAES.

8 As demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 das controladas em conjunto Metrovias S.A. Concessionária de Rodovias, Sulvias S.A. Concessionária de Rodovias e Convias S.A. Concessionária de Rodovias (controlada indireta) foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer com ênfase de que a realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, dependem da geração futura de lucros tributáveis.

Porto Alegre, 17 de março de 2008.

Marcelo Gais  
CO CRCRS 51.308

Roger Lahm  
CO CRCRS 46.161

Rokembach & Cia. Auditores  
CRCRS 3.663